

ATA DA NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 18-10-2023.

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 244/23 (Processo nº 0445/23), de autoria de Giovanni Culau e Coletivo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 376/23 (Processo nº 0673/23), de autoria de Mari Pimentel; o Projeto de Lei do Legislativo nº 576/23 (Processo nº 0973/23), de autoria de Prof. Alex Fraga; o Projeto de Lei do Legislativo nº 603/23 (Processo nº 1024/23), de autoria de Hamilton Sossmeier; o Projeto de Lei do Legislativo nº 612/23 (Processo nº 1040/23), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 616/23 (Processo nº 1048/23), de autoria de Mauro Pinheiro; o Projeto de Lei do Legislativo nº 617/23 (Processo nº 1051/23), de autoria de Pablo Melo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 627/23 (Processo nº 1069/23), de autoria de Lourdes Sprenger; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 637/23 (Processo nº 1089/23), de autoria de Gilson Padeiro. Também, foi apregoado o seguinte Ofício, do Prefeito: nº 3404/2023, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 036/23 (Processo nº 1120/23). Ainda, foi apregoada representação externa de Moisés Maluco do Bem, no dia dezesseis de outubro do corrente, com o objetivo de participar da Cerimônia de lançamento da 3ª South Summit Brazil, realizada na Catedral Metropolitana - Porto Alegre - RS. Hamilton Sossmeier, presidindo, informou que seria realizado nesta Sessão o evento “Caminhos da Democracia”, projeto da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul, que visa a sensibilizar os atores do processo eleitoral e cidadãos da importância da manutenção e defesa da integridade eleitoral. O presidente também concedeu a palavra a Lourdes Sprenger, que, na condição de Presidente da Escola do Legislativo Julieta Battistioli, pronunciou-se. Compuseram a Mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo; Desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul - TRE/RS; Carlos Vinícios de Oliveira Cavalcante, Coordenador da Escola Judiciária Eleitoral Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto; Débora do Carmo Vicente, Chefe da

Seção de Programas Institucionais da Escola Judiciária Eleitoral Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto; Rogério de Vargas, Secretário Judiciário do TRE/RS; Desembargadora Eleitoral Patrícia da Silveira Oliveira; José Osmar Pumes, Procurador Regional Eleitoral. Na abertura do evento, pronunciou-se a Desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak; como palestrante do tema “Desinformação no Contexto Eleitoral”, pronunciou-se Carlos Vinícios de Oliveira Cavalcante; como palestrante do tema “Participação Feminina na Política”, pronunciou-se Débora do Carmo Vicente; e, como palestrante do tema “Fair Play Eleitoral”, pronunciou-se Rogério da Silva de Vargas. No encerramento do evento, Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak pronunciou-se novamente. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos às dezessete horas e dois minutos. Hamilton Sossmeier, presidindo, convidou João Bosco Vaz a proceder à entrega, a Márcio Bins Ely, de medalha de 6º lugar no XI Torneio Aberto de Xadrez da Câmara Municipal de Porto Alegre, realizado no dia 07 de outubro do corrente. Às dezessete horas e quatorze minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Giovani Culau e Coletivo, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 335/21 (Processo nº 0808/21), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Jessé Sangalli, aposta ao Projeto de Lei Legislativo nº 314/22 (Processo nº 0628/22), bem como foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento formulado por Comandante Nádia, solicitando o adiamento, por uma Sessão, da discussão dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 140/22 e 562/23 (Processos nºs 0271/22 e 0947/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando inclusão de matéria na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 204/23 (Processo nº 1116/23). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 203/23 (Processo nº 1115/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 061/23 (Processo nº 0125/23), após ser discutido por Mônica Leal e Jonas Reis. Foi aprovada a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 061/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 061/23 (Processo nº 0125/23). Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Ramiro Rosário e Cláudia Araújo, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria priorizada para a Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 010/23 (Processo nº 0627/23), após ser discutido por Ramiro Rosário. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 314/22 (Processo nº 0628/22), após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo, Prof. Alex Fraga, Jessé Sangalli e Biga Pereira. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 314/22, por vinte e quatro votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Prof. Alex Fraga, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes

Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Karen Santos, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei do Legislativo nº 314/22. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 314/22. Foi aprovado Requerimento formulado por Mônica Leal, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, por acordo de líderes, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Decreto Legislativo nº 001/23. Às dezessete horas e cinquenta e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Moisés Maluco do Bem. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego representação externa do Ver. Moisés Maluco do Bem, que representou esta Casa, no dia 16 de outubro de 2023, na Catedral Metropolitana, em Porto Alegre, na Cerimônia de Lançamento da 3ª South Summit Brazil.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Hoje temos a presença do Sr. Carlos Vinícios de Oliveira Cavalcante, da Sra. Débora do Carmo Vicente e do Sr. Rogério Vargas, do TRE-RS, em evento promovido pela Escola do Legislativo, com o projeto da Justiça Eleitoral, Caminhos da Democracia.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, na condição de presidente da Escola do Legislativo Julieta Battistioli.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, Sra. Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, desembargadora Presidente do TRE-RS; Sr. Carlos Vinícios de Oliveira Cavalcante, coordenador da Escola Judiciária Eleitoral Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto; Sra. Débora do Carmo Vicente, chefe da Seção de Programas Institucionais; Sr. Rogério Vargas, secretário judiciário do TRE-RS; Sra. Patrícia da Silveira Oliveira, desembargadora eleitoral; Sr. José Osmar Pumes, Procurador Regional Eleitoral, vereadores e vereadoras. É com grande satisfação que a Escola do Legislativo Julieta Battistioli recebe essas autoridades para tratar do projeto Caminhos da Democracia. Primeiramente gostaria de destacar a excelência e a qualidade do trabalho realizado pela Escola Judiciária Eleitoral ao longo dos seus mais de 10 anos de existência. Esta instituição tem sido uma referência para a Escola do Legislativo Julieta Battistioli, que estou presidindo, e o vice é o Ver. Oliboni. Foi com grande orgulho que

firmamos esta parceria com a EJE visando a aprimorar a oferta de ensino e capacitação de nossos colaboradores, assessores da Câmara Municipal de Porto Alegre. O Caminhos da Democracia já é uma consequência desta parceria aqui hoje. O projeto que está rodando por todo o nosso Estado tem como objetivo sensibilizar os atores do processo eleitoral e todos os cidadãos para a importância da manutenção e defesa da integridade eleitoral. Em um momento em que a democracia enfrenta desafios em todo o mundo, esta iniciativa se torna crucial para o fortalecimento das instituições democráticas. Estamos extremamente satisfeitos ao saber que a EJE, através do seu coordenador Carlos Vinícios de Oliveira Cavalcante, aceitou o convite para promover esse projeto aqui na Câmara de Vereadores. Esse gesto reflete o compromisso das instituições eleitorais com a conscientização da população e a promoção da democracia. É importante ressaltar a necessidade da conscientização da população, das entidades e, principalmente, dos entes políticos em relação aos pleitos eleitorais. Todos nós temos um papel fundamental na garantia das eleições justas e transparentes. Devemos entender as regras do jogo, seguir as condutas adequadas antes, durante e depois das eleições, e, acima de tudo, valorizar a ética e a transparência dos processos eleitorais. A integridade do sistema democrático depende de nós. Nós, como vereadores, temos uma importância ímpar e exemplar, devemos trabalhar juntos para assegurar que as entidades sejam conduzidas de maneira justa, transparente e confiável. Essa é a base de uma sociedade democrática e de um País que respeita os princípios da justiça e da liberdade. Portanto, agradeço a todos os envolvidos nesse projeto e reforço a importância de promover a conscientização, a ética e a transparência em nossos processos eleitorais. Vamos juntos trilhar os caminhos da democracia e garantir um futuro justo e democrático para todos. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigada, Ver.^a Lourdes Sprenger. Passo a palavra ao nosso mestre de cerimônias, o Sr. José Luis Espíndola Lopes.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Senhoras e senhores, boa tarde. A Câmara Municipal de Porto Alegre e a Escola do Legislativo Julieta Battistioli, juntamente com a Escola do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul e o TRE-RS, dá início ao evento Caminhos da Democracia. Este projeto da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul visa sensibilizar os atores do processo eleitoral e cidadãos da importância da manutenção e defesa da integridade eleitoral. O evento obedecerá a seguinte dinâmica: haverá abertura feita pela Sra. Desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Presidente do TRE-RS. Depois, a palestra nº 01: Liberdade de Expressão, Discurso de Ódio e Desinformação no Contexto Eleitoral, pelo Sr. Carlos Vinícios de Oliveira Cavalcante, coordenador da Escola Judiciária Eleitoral Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto. Após, palestra nº 02: Participação Feminina na Política, que será ministrada pela Sra. Débora do Carmo Vicente, chefe da Seção de Programas Institucionais. E a terceira palestra: Fair Play Eleitoral, pelo Sr. Rogério da Silva de Vargas, secretário judiciário do TRE-RS. Logo após, estarão abertas as perguntas e,

depois, o encerramento. De imediato, convidamos para compor a mesa dos trabalhos: Sra. Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, desembargadora Presidente do TRE-RS; Sr. Carlos Vinícios de Oliveira_Cavalcante, coordenador da Escola Judiciária Eleitoral Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto; Sra. Débora do Carmo Vicente, chefe da Seção de Programas Institucionais; Sr. Rogério da Silva de Vargas, secretário judiciário do TRE-RS; Sra. Patrícia Silveira Oliveira, desembargadora eleitoral; Sr. José Osmar Pumes, procurador regional eleitoral.

Passamos, de imediato, a palavra à senhora desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

SRA. VANDERLEI TERESINHA TREMEIA KUBIAK: O meu boa-tarde a todas e todos. Eu gostaria de saudar, inicialmente, todos os parlamentares desta Casa na pessoa do nosso Presidente Hamilton Sossmeier, agradecer o convite, saudar também os membros da Mesa Diretora desta Câmara, os vereadores Moisés da Silva Barboza, Cláudia Vieira de Araújo, Alvoní Medina Nunes, Airto João Ferronato e uma saudação muito especial à nossa diretora da Escola do Legislativo, a Ver.^a Maria de Lourdes de Santos Sprenger, e ao seu vice Aldacir Oliboni. Também gostaria de saudar aqui os integrantes desta Mesa, a desembargadora Patrícia da Silveira Oliveira, o Dr. José Osmar Pumes, procurador regional eleitoral, todos os presentes, senhoras e senhores. Para nós é uma alegria, uma satisfação muito grande estarmos aqui nesta Casa, que é a Casa da Democracia. O nosso propósito com este projeto é justamente falar sobre democracia para que nós possamos lembrar a importância de nós sermos todos, como cidadãos e cidadãs, acima de qualquer função que estejamos exercendo eventualmente, mas que todos nós sejamos guardiões da democracia. E aí, então, o Tribunal Regional Eleitoral, com vistas a valorizar a possibilidade de nós vivermos num país democrático e também já fazendo uma preparação para as eleições municipais de 2024, nós criamos este projeto chamado Caminhos da Democracia e estamos percorrendo o Estado, levando informação, basicamente informação e orientação, para que nós possamos antecipar determinadas situações que poderão ocorrer nas eleições municipais. E esse espaço que nos foi oferecido é muito importante, nós reconhecemos o valor de estarmos aqui nesta Casa Legislativa do Município de Porto Alegre com os vereadores, que foram legitimamente eleitos pelos nossos cidadãos porto-alegrenses. Estamos aqui, então, para trazer esses temas; como já foi adiantado, nós vamos falar sobre desinformação, a importância de nós prevermos e podermos trabalhar, como trabalhar com as *fake news* e o quanto elas impactam numa eleição, que tem um período tão curto – não é? –, o processo eleitoral tem um período tão curto, como trabalhar e lidar com as *fake news* nesse período.

Também a participação feminina na política, porque embora nós tenhamos uma maioria de eleitoras, essas eleitoras acabam não ocupando espaços de liderança, muitas vezes até participando de registros de candidatura sem intenção realmente de concorrer e depois essas mulheres são prejudicadas.

E também o *fair play* eleitoral, como trazermos uma campanha limpa, equilibrada, com respeito às ideias, sempre há espaço para todas as ideologias, todas as ideias com respeito às opiniões alheias.

E nesse contexto, nós sempre procuramos lembrar quais são os pontos fundamentais da democracia, e, segundo Norberto Bobbio, são cinco pontos fundamentais. O primeiro deles é que todos os cidadãos que tenham alcançado a maioria etária, sem distinção de raça, religião, condição econômica, sexo, devem gozar de direitos políticos, e essa premissa está diretamente relacionada com os direitos humanos. A segunda premissa é que todo voto de todo cidadão tem igual peso, e eu considero essa uma das facetas mais bonitas da democracia, porque não interessa a condição social, a orientação sexual, o nível cultural ou econômico, cada voto tem o mesmo valor. Isso nos coloca numa condição de igualdade, todos aqueles que gozam de direitos políticos devem ser livres para votar, ou seja, o cidadão deve poder escolher de acordo com a sua autonomia de decisão.

Quarta premissa: devem ser livres também, no sentido de serem colocados em condições de escolher entre diferentes soluções, ou seja, uma democracia não pode ter opção única. Democracia pressupõe diversas opções, diversas ideias, diversas ideologias que são colocadas à disposição dos eleitores para que eles votem naquele candidato que melhor os representa.

Quinta premissa: seja por eleições, seja por decisões coletivas, deve valer a regra da maioria numérica. Entretanto, nenhuma decisão tomada por maioria deve limitar os direitos da minoria, ou seja, os interesses daqueles que são minoria também devem ser levados em conta nas decisões.

Então, são os fundamentos da democracia, e sempre é bom nós lembrarmos também que nós vivemos numa democracia indireta ou representativa, onde os nossos eleitores elegem os representantes, e no caso os senhores vereadores e vereadoras que estão aqui, fazendo essa representação, a Justiça Eleitoral tem um papel fundamental como garantidora da lisura e da transparência do pleito eleitoral. É isso o que nós estamos buscando com esse projeto que se chama Caminhos da Democracia.

Nesse contexto, é muito importante também lembrarmos que nós temos atualmente três grandes ameaças na humanidade. Segundo as reflexões de Noam Chomsky, são três ameaças que nós vivemos atualmente. Uma é a ameaça de uma guerra nuclear, e realmente acaba despontando uma ameaça bastante, vamos dizer assim, concreta, com os diversos conflitos que estão acontecendo no nosso planeta. A outra ameaça é do aquecimento global, quase em níveis irreversíveis. Mas existe uma outra ameaça, que é a fragilização e a deterioração das democracias. E aí entra o papel da Justiça Eleitoral e de todos nós, que valorizamos esse processo democrático, para que nós possamos resguardar a nossa democracia, e que possamos realmente viver numa democracia mais internalizada, porque se fala muito em democracia, mas a democracia deve existir primeiro dentro de nós. Eu sempre gosto de trazer essa reflexão, pois nós vivemos num país democrático, nós estamos em constante defesa da democracia, mas a democracia só vai realmente existir e estar consolidada quando ela existir dentro de nós.

Então, aí passa pelo respeito àqueles que entendem diferente de nós, de forma diferente de nós, que têm ideias e visões de mundos diferentes das nossas. A superação dos preconceitos, a compreensão de que todos nós somos indivíduos, estamos neste momento partilhando um mesmo espaço de tempo em um contexto geográfico, independentemente de etnia, cor, credo, nível cultural e social, gênero e orientação sexual. Então, como nós nos relacionamos com os nossos iguais e com os nossos desiguais. A verdadeira democracia só se consolidará quando ela estiver dentro de nós. Essa é a nossa reflexão, e por isso nós estamos aqui para tratar desses temas tão relevantes. Muito obrigada. (Palmas.) Vou chamar o nosso coordenador da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul, Dr. Carlos Vinícios Cavalcante.

SR. CARLOS VINÍCIOS DE OLIVEIRA CAVALCANTE: Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; saúdo também a Mesa Diretora, em especial a Ver.^a Lourdes Sprenger, atual diretora da Escola do Legislativo, a nossa presidente desembargadora Vanderlei, demais colegas, senhores vereadores aqui presentes, público, senhoras e senhores; inicialmente, muito boa tarde. Eu gostaria de saudar essa iniciativa da Escola Legislativa aqui da Câmara Municipal, inicialmente, de aproximar-se com a Escola Judiciária Eleitoral do TRE do Rio Grande do Sul e do próprio Tribunal Regional Eleitoral, de nós, então, estabelecermos essa comunicação visando a uma maior comunicação com a sociedade no que se refere a nós educarmos para a democracia.

Na minha fala de hoje, eu vou fazer brevemente um relato e não vou fazer uso hoje do PowerPoint aqui para não torná-la tão maçante aos senhores, mas basicamente venho falar aqui sobre um tema muito importante ao qual nos dedicamos basicamente, por dois semestres deste ano, a tratar sobre os limites entre a liberdade de expressão, o discurso de ódio e como a desinformação se insere nesse ponto para, de certa forma, afetar para diminuir a percepção democrática da população no que se refere ao processo eleitoral. É importante colocar, nossa presidente iniciou a sua fala falando sobre os postos-chaves da democracia, com Norberto Bobbio, mas também falando sobre grandes riscos que a humanidade tem hoje como sociedade instituída. Ela fala em três pontos primazes, trazendo um artigo de Noam Chomsky, de alguns anos atrás. O primeiro deles, a guerra nuclear; parece muito claro que hoje nós estamos cada vez mais próximos de termos um risco real de uma catástrofe nuclear, vindo de uma guerra entre países. Se nós analisarmos até mesmo aquele relógio chamado Doomsday Clock, que foi instituído logo após a explosão das bombas de Hiroshima e Nagasaki por um consórcio de estudiosos sobre os temas nucleares, ele já chegou a apontar 17 minutos para meia-noite, que seria o cataclismo nuclear, e hoje ele está marcando, em janeiro deste ano, ele ainda não foi ajustado em razão desse conflito hoje no território de Israel, mas, em janeiro deste ano, em virtude da guerra entre Rússia e Ucrânia, ele foi ajustado para 30 segundos para a meia-noite. Então, mesmo sem contar o conflito atual hoje se alastrando pelo mundo, nós já estamos muito próximos daquilo que nós chamamos de um risco real da extinção da humanidade, por meio de uma guerra nuclear. Esse é o primeiro risco trazido por

Chomsky e nós vemos que isso é muito real. O segundo risco trazido por Chomsky é um risco sistêmico também, que é um risco de um cataclismo por meio do clima. Se nós rememorarmos, 10 ou 12 anos atrás, para ser mais exato, o então, vice-presidente dos Estados Unidos, o Al Gore, lançou um documentário chamado “Uma Verdade Inconveniente”, que falava justamente sobre os efeitos nocivos da intervenção humana, mais especificamente sobre o lançamento de carbono na atmosfera, no clima, e de como isso afetaria a vida de todos até então. Naquele momento, uma parcela da população disse que talvez isso fosse um alarmismo, até que as geleiras começaram a cair nos oceanos e o nível dos mares começou a subir, e hoje nós temos episódios de clima extremo, no nosso País mesmo, aqui mesmo no Estado Rio Grande do Sul, aqui mesmo em Porto Alegre, onde nós tivemos uma cheia que se equiparou, claro que guardadas as devidas proporções, àquela de 1941. Então nós temos efeitos reais hoje do clima extremo na sociedade.

E, por fim, o terceiro ponto que a nossa presidente pontuou aqui é sobre o risco à democracia. Nós temos esse primeiro tópico para falar, justamente sobre liberdade de expressão, e talvez não tenhamos um local tão caro para se falar em liberdade de expressão como justamente aqui na Casa do Povo, onde os senhores e as senhoras, representantes da população, junto ao Estado, podem fazer uso da palavra. E nós não temos hoje talvez um fator distintivo tão caro ao ser humano como a liberdade de expressão. Se a gente for ver lá mesmo, chamando lá em John Stuart Mill, quando ele cria o conceito do *free marketplace_of ideas*, o livre mercado de ideias, nós já temos ali encapsulada uma ideia de que a liberdade de expressão deve ser plena e o Estado não pode, de certa forma, conceder censura prévia à liberdade de expressão. Porém, ao longo do tempo, nós vamos ver uma deturpação dessa liberdade de expressão naquilo que nós convenciamos a chamar de discurso de ódio, e, nesse ponto, é importante colocar que a própria legislação brasileira, o próprio Judiciário brasileiro também já se pronunciou várias vezes sobre isso. E como isso acaba de certa forma encadeando esse discurso de ódio por meio do processo eleitoral? Por aquilo que nós convenciamos chamar hoje de desinformação, que popularmente é conhecido como *fake news*, e o objetivo disso nada mais é que uma produção orquestrada, intencional. E daí o próprio direito americano, o próprio estudo da ciência política já faz uma distinção clara entre aquilo que se convencionou chamar de desinformação, que é o *disinformation*, que é algo intencional de criar um estado alterado com relação à realidade e aquilo que veio se convencionar como *misinformation*, que é um engano, que é aquela pessoa que acha, acredita, tem certeza que está passando um conteúdo verídico e, na verdade, está num engano. Mas eu vim aqui falar especificamente da desinformação, e a desinformação nada mais é do que um processo já planejado, instituído, orquestrado, de transmitir uma informação, sabidamente inverídica, incorreta ou fora do contexto. E o que isso tem a ver com as eleições? Com relação à Justiça Eleitoral – meu colega Rogério depois vai poder falar isso de uma forma muito clara –, a partir de 2018, pensávamos que haveria uma migração, tão somente aqui, falo com os senhores e as senhoras que já têm uma experiência muito larga no processo eleitoral; havíamos pensado que, naquele momento, as *fake news*, a desinformação seria colocada entre candidatos, ou seja, seria uma reprodução nos meios

sociais, nas redes sociais, daquele conhecido panfleto apócrifo, que normalmente era veiculado às vésperas da eleição, como os senhores sabem, no sábado à tarde, no sábado à noite, havia uma enxurrada, um derrame de santinhos, normalmente com acusações apócrifas entre candidatos. Naquele primeiro momento pensávamos que isso aconteceria, e o que aconteceu foi outra questão, o que houve daí foi um ataque, por meio da desinformação, com relação ao processo eleitoral. O que se discutia ali não eram inverdades entre candidatos, mas sabidamente inverdades com relação à lisura, à integridade, à segurança do processo eleitoral, mais direcionado à questão da urna eletrônica. E nós passamos às eleições de 2018 com esses ataques; em 2020, tivemos a reprodução disso também; agora, em 2022, tivemos sempre um trabalho com relação a isso. Bom, e qual é a questão, o que isso traz do ponto de vista... A gente pode dizer: “Bom, mas a desinformação não necessariamente vai ser veiculada, e a população vai ter uma compreensão errônea, com relação ao processo eleitoral.” Mas ela cria aquilo que a ciência política chama hoje de vertigem eleitoral, ou seja, há uma grande polarização de lados que se alimentam do viés de confirmação, por meio da desinformação, e o cidadão médio, que não está dentro dessa polarização, acaba tendo aquela vertigem eleitoral e se afasta do processo eleitoral. Isso faz com que a população não reconheça o processo como legítimo, e por via transversa também o próprio cumprimento dos mandatos eletivos. Então, essa palestra, essa fala que fazemos aqui sobre desinformação é um alerta para os senhores, mas principalmente para a população em geral, porque a escola faz essa fala de uma maneira, digamos assim, mais didática. E nós optamos, Presidente, por fazer isso junto a centros acadêmicos, às universidades, porque acreditamos que a população tem que ser resgatada com relação à lisura do processo eleitoral, mas é importante que coloquemos, então, primeiramente, a importância para que seja feito um cuidado especial com relação à proliferação da desinformação, com relação ao processo eleitoral em si, e que hoje existem meios jurídicos de combate à desinformação. Nós acreditamos que infelizmente isso deve vir à tona ainda no processo eleitoral, na próxima eleição, em 2024, com relação principalmente à lisura e à segurança do processo eleitoral. Hoje, nós temos meios, por intermédio de resolução do TSE, para que nós possamos, de certa forma, combater isso juridicamente não só para quem cria a desinformação, mas também para quem a viraliza, para quem a propaga, para quem a distribui. Então, hoje, na era da internet, em que cada um de nós é responsável, é um criador de conteúdo, é importante apontar que estudos já colocam que o discurso de ódio que inflama, que gerou questões como a invasão do Capitólio nos Estados Unidos, que gerou questões como o 8 de janeiro em Brasília, tende a crescer nos anos eleitorais. Já existem estudos que comprovam que essas questões que envolvem o discurso de ódio, a propagação dessa desinformação tende a crescer nesse período. E quais são as ferramentas jurídicas que nós temos hoje? Acima de tudo, a nossa principal ferramenta para o combate à desinformação é a informação de qualidade. Informação com conteúdo, informação que seja com curadoria. Cada um de nós é responsável por isso, e é importante que os senhores também se agreguem à defesa desse processo eleitoral, da integridade dele. Nisso eu não digo que ele é um processo que não está passível de discussão; não se diz isso. Na verdade, nós estamos com as portas

abertas para a verificação de cada etapa do processo eleitoral. É importante colocar o código-fonte agora. Nós estamos a cerca de um ano da eleição em si, e o código-fonte já foi disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral para que ele seja devassado por quem tem interesse. Todas as etapas do processo que envolvem a sua segurança e integridade estão abertas para a população em geral, partidos políticos, representantes das instituições para que seja verificada cada etapa dele. Mas é importante também que os senhores e as senhoras se agreguem a esse processo na defesa da democracia e, nesse sentido, também alertem para a questão de que hoje tanto a criação da desinformação quanto a sua propagação nas redes sociais pode ser enquadrada por meio das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, dos julgamentos do Tribunal Regional Eleitoral, inclusive ensejando, em casos extremos, a perda do mandato eletivo. Nós temos uma alteração do processo eleitoral em virtude disso e também de que o discurso de ódio, mesmo no processo, agora no período pré-eleitoral em que nós já estamos inseridos, pode ser enquadrado como propaganda eleitoral negativa ensejando então a quem faz ser sujeito às penalidades, como multa e também a retirada desse conteúdo na internet. Então acima de tudo, senhoras e senhores, eu peço escusas por não utilizar o material gráfico, que ficaria uma fala mais agradável, mas colocar também um convite, assim como foi feito na eleição de 2022, em que os partidos políticos com representação no Estado, Presidente, assinaram um termo, um compromisso público de não propagação das *fake news*, da desinformação, e de assumir um compromisso público com a democracia, e que aqui em Porto Alegre também seja feito tal procedimento por meio da Câmara Municipal, assim como nós estamos propondo a cada cidade do Rio Grande do Sul que nós estamos indo. Nós tivemos aqui um cenário eleitoral aguerrido e nós entendemos que o palco justamente eleitoral é o palco da discussão das ideias, mesmo que elas sejam diversas, antagônicas, que a discussão seja árida, mas ela é uma discussão – como vai falar depois o meu colega Rogério – dentro de um *fair play*, colocando um estrangeirismo aqui na nessa fala, e eu sei que ele não gosta disso, mas acima de tudo um compromisso público de cada um de nós, cidadãos brasileiros, com a democracia. Já fica esse convite, por meio da Escola do Legislativo, por meio da Escola Judiciária Eleitoral, para que os senhores adiram a esse compromisso público pela democracia, assinando, colocando para a população esse compromisso com a democracia e contra a desinformação. Muito obrigado a todos e a todas.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Muito obrigado, Sr. Carlos Vinícios Cavalcante, coordenador da Escola Judiciária Eleitoral Ministro Paulo Brossard de Souza Pinto. A segunda parte é a Participação Feminina na Política, com a senhora Débora do Carmo Vicente, chefe da Seção de Programas Institucionais.

SRA. DÉBORA DO CARMO VICENTE: Boa tarde a todos e a todas. Quero iniciar cumprimentando a presidente-desembargadora Vanderlei Teresinha e o Presidente desta Câmara. Muito obrigado pelo convite, mas vou me permitir fazer um carinhoso cumprimento aqui à Ver.^a Comandante Nádia, pois em 2019 estive aqui a

convite dela, acho que reunimos 200 mulheres, não é, Comandante Nádia, para falar sobre a participação feminina na política. Um cumprimento especial também à Ver.^a Lourdes, que nos convidou para este evento, e à Ver.^a Mônica Leal. Eu costumo dizer que eu tenho muito orgulho de morar na única capital do País que tem mais de 30% de mulheres no Legislativo. Parabéns a todas nós de Porto Alegre e, especialmente, a vocês. Eu falo mesmo. Eu ando bastante pelo interior do Estado, pelo Brasil, e sempre falo que tenho orgulho, porque moro na única capital que conseguiu ultrapassar essa marca tão difícil. Eu faço uma pequena apresentação, porque eu tenho ali uma foto ao lado da desembargadora Vanderlei, que é a atual presidente do TRE, uma mulher, então, em uma posição de poder. Tenho também ali fotos com a nossa ex-senadora Ana Amélia Lemos, ex-governadora Yeda Crusius e, também, ao lado da ministra Rosa Weber, que agora se aposentou. Eu costumo trazer essas fotos, porque tem uma pensadora americana que fala muito sobre a participação feminina na política. Ela diz assim: “Não se pode ser o que não se pode ver”. Então, é por isso a importância de termos essas mulheres aqui nos representando, e eu realmente me sinto representada por vocês, porque conheço o trabalho de vocês, vereadora. É importante, quando eu levo, falar e mostrar que temos mulheres em posições de poder fazendo um trabalho espetacular. Isso por quê? Porque, infelizmente, a realidade hoje da participação feminina na política é muito complexa. Essa é uma charge, gente, que saiu em um jornal da Suécia, ano passado, por ocasião do Dia Internacional das Mulheres. Então, ela coloca um homem em uma corrida, e, ao lado, uma mulher, também, só que essa mulher, apesar de a distância ser a mesma, tem alguns obstáculos a mais para enfrentar, para poder chegar lá, e eu acho isso muito representativo da mulher na sociedade, em geral, e, especialmente, na política. Isso aqui, vocês vereadoras, podem falar até muito melhor do que eu, porque vivem isso na pele. A ideia, então, é mostrar por que a gente precisa falar, qual é a importância de termos mais mulheres na política. Eu trago aqui um *ranking*. Esse é o *ranking* da União Interparlamentar, uma união de parlamentares de todo o mundo, dos 193 países que fazem parte da ONU, e eles fazem um *ranking* de participação feminina ao redor do mundo. Nós temos hoje, o único país no mundo que tem mais de 50% de mulheres na política é Ruanda, na África. E a razão é porque lá, durante a Guerra Civil, 70% da população masculina foi exterminada. Então há uma razão muito mais histórica do que alguma outra justificativa, vamos dizer assim, social e de avanço. Depois nós temos alguns países que, por causa de regimes de cota e de reserva, conseguiram hoje atingir 50 e 50, que é o caso, por exemplo, do México que, recentemente trouxe essa lei, alguns outros países ali, Nova Zelândia e Islândia. Mas a verdade é que é um problema mundial, não é só do Brasil. Somente 30% dos países no mundo atingiram o que a gente atingiu aqui em Porto Alegre: 30% de mulheres na política. Só 30% de países no mundo. Então para vocês verem que isso não é um problema só nacional, e está aí sempre a discussão da questão da reserva ou não de cotas.

A OEA em 2018, como o Vinícios que me precedeu aqui falou, tendo em vista algumas desconfiças do nosso processo eleitoral, em 2018 a OEA foi convidada para acompanhar a eleição no Brasil. Claro que o foco eram as urnas eletrônicas e o

processo eletrônico, mas a verdade é que nada foi encontrado em relação a isso, foi provado que as urnas são confiáveis e são seguras. Mas o que a OEA apontou naquele momento foi que havia um problema e era a questão da participação feminina na política. Os 30% que deviam ser o mínimo estão sendo usados como um teto máximo hoje na política brasileira, e isso é um problema que precisa ser enfrentado.

E aí eu gosto sempre de contar essa história, rapidamente, para a gente entender por que o que tem está bom, mas e por que mais mulheres? O que traria? Eu gosto de contar a história do *airbag*, gente. O *airbag* foi inventado nos Estados Unidos, no final dos anos 80, se tornou obrigatório em todos os carros nos anos 90; aqui foi só em 2006, no Brasil, mas lá é desde o final dos anos 90, o uso obrigatório de *airbag*. Passaram então todos os carros a ser vendidos, os carros zero quilômetro, nos Estados Unidos, tinham que vir com equipamento de *airbag*. Na primeira semana de uso, o que eles constataram? Que o *airbag*, em vez de proteger, estava causando mortes e lesões mais graves em mulheres e crianças. Mas que estranho isso! Como um equipamento de segurança, que veio para trazer mais segurança, está causando mais morte e ferimentos mais graves em mulheres e crianças? Foram analisar, e o que que eles verificaram? Que o equipamento tinha sido planejado por uma equipe de engenheiros 100% masculina que calculou perfeitamente para um homem médio, para o tamanho, para o peso de um homem que não pega e não protege uma mulher. E por que que eu faço esse paralelo com a política? Porque hoje nós temos, nacionalmente, uma política pensada em 83% por homens. Será que ela alcança 100% da nossa população? Na tecnologia, tem-se estudado muito a importância de a inteligência artificial ter mais inclusão, mais diversidade. Já há estudos que mostram que o reconhecimento de voz, por exemplo, como ele é testado e pensado por homens, vem com esse defeito e, às vezes, uma mulher que tem que falar – e eu não sei se vocês têm Alexa em casa, eu já achei que ela melhorou muito, mas bem no início ela não reconhecia a minha voz, se o meu marido fazia algum comando, ela respondia na hora. E isso a gente sabe por estudos que, de fato, acontece. É por isso que é tão importante nós termos mulheres na política, porque elas têm um outro olhar e elas trazem essa diversidade e essa inteligência diferente. Aliás, esse é o pressuposto da democracia: diferentes cérebros, diferentes mentes pensando sobre um mesmo problema.

E esses então são os três desafios que eu resumi que as mulheres enfrentam hoje para entrar na política. O primeiro deles é sociocultural; o segundo, financeiro; e o último, jurídico-político. Vou tentar falar rapidinho para encerrar aqui dentro do meu tempo. O primeiro sociocultural, como eu disse, não é um problema só do Brasil, é mundial a questão da igualdade de gênero e foi reconhecida pela ONU, em 2015, como o problema deste século a ser superado. Na Agenda 2030 da ONU, um dos objetivos de desenvolvimento sustentável, que é o número cinco, é tentar atingir então um mundo mais desenvolvido sustentavelmente. E um desses objetivos, o cinco, que é igualdade de gênero. E alguns mitos – eu já até conversei uma vez aqui quando a gente conversou – que eu passo por alguns lugares, no interior, e aí eles dizem: “Bom, se a maioria do eleitorado no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, é feminino, e se a gente não consegue eleger mulheres, a culpa é das mulheres.” Vocês são a maioria e vocês não

votam em mulheres. E eu já digo para vocês, como eu coloquei ali, isso é um mito, e eu vou provar para vocês com alguns números. Depois, uma coisa que a gente escuta muito é que mulher não gosta de política. Bom, eu tenho certeza, se eu perguntar aqui para a Ver.^a Mônica Leal, para a Ver.^a Comandante Nádia, para a Ver.^a Lourdes, se elas não gostam de política, o que que elas vão me dizer, não é vereadoras, não estariam aqui, não estaríamos todas aqui. Isso não é verdade, pois somos seres políticos, todos os seres humanos, e precisamos nos relacionar.

Aqui eu trago alguns números. Há alguns anos já, Porto Alegre, vocês sabem disso, tem tido como vereador mais votado uma mulher. Então não é verdade que mulheres não votam em mulheres. Quando a mulher está em evidência e tem apoio, tem financiamento do partido, ela consegue mais votos. Eu gosto de citar a eleição presidencial de 2010 e 2014, que se a gente somar os votos dados para a presidente Dilma, na época, e para a Marina Silva, que ficou em terceiro lugar, nós tivemos mais de 66% dos votos da população brasileira em uma mulher para ser presidente. Por quê? Não só por mérito delas como candidatas e como políticas, mas porque os partidos investiram nelas, deram visibilidade, e as pessoas, conhecendo o trabalho dessas mulheres, votaram. Mais de 80% das pessoas do eleitorado brasileiro diz que não se importa como o gênero ou o sexo da pessoa a votar. Então não é nossa culpa, porque nós não temos mais mulheres na política, a gente precisa é de investimento e de visibilidade nos partidos, principalmente nos espaços de poder.

Aqui eu trouxe os números da Dilma, naquela eleição de 2010 e 2014, que traz então os números dos votos, somando os votos da Dilma e da Marina Silva, nós tivemos 65% de votos para uma mulher como presidente.

E aqui eu gosto de trazer também a filiação partidária, esses são números do TSE. Hoje, no Brasil, 45% dos filiados a um partido político são mulheres. Ninguém se filia a um partido político se não gosta de política. Então a gente também tira esse mito de que mulheres não querem se candidatar.

Esse aqui é um dado também importante, o sociocultural. O Brasil é o quinto país no mundo que mais mata mulheres. Então a violência contra a mulher é algo também que precisa, vocês sabem mais do que ninguém, ser trabalhado. Eu trouxe os números das eleições de 2022 para a Câmara Federal e para a Assembleia do Rio Grande do Sul. Nós tivemos em torno de 82% de homens eleitos e 18% de mulheres na Câmara – 17,7%, na verdade –, e praticamente o mesmo número dentro do estado do Rio Grande do Sul: 20% de mulheres eleitas, 80% de homens eleitos. Este é um dado importante da ONG Save the Children, que trabalha com a ONU: eles trouxeram um estudo de que o Brasil foi considerado o pior país da América Latina para crescer como menina, uma das razões – eu vou direto para o estudo – que fazem o Brasil ser um dos piores países para crescer como menina é a baixa representação feminina na política, eles apontaram cinco razões, uma delas a baixa representação feminina na política. As outras são: gravidez na adolescência, alto índice de mortalidade materna, casamento infantil e baixo índice de conclusão de ensino médio. Eu costumo dizer que é um ciclo vicioso; por termos poucas mulheres na política, não temos uma agenda preocupada com a gravidez na adolescência,

não temos uma preocupação com esses altos índices de mortalidade nem com o casamento infantil e com esse baixo índice de conclusão de ensino médio. Eu costumo mostrar que, em que pese seja uma das razões que a baixa representação feminina faça com que o Brasil seja um dos piores países para crescer como menina, isso acaba sendo interrelacionado com as outras causas, porque eu tenho certeza – e já é provado por outros estudos – que as mulheres têm uma tendência a se preocupar mais – e isso não deveria ser uma regra – com essas questões de educação, saúde e culturais, até porque vivem na pele. Uma mulher que viveu uma gravidez sabe e acaba se preocupando mais com esse tema. O Fórum Econômico Mundial também faz um *ranking*, uma medição, analisando quatro dimensões: questão econômica, representação feminina na política, saúde e educação. Com relação à saúde e educação, o Brasil está igual, porque ele trata homens e mulheres de forma igual para educar e para tratar a saúde, isso é de ser destacado, porque, por exemplo, no Paquistão – que é a foto da menina Malala, que eu trouxe antes –, há distinção: as meninas não podem estudar, e porque não podem estudar não há médicas mulheres, e como mulheres só podem ser atendidas por médicas mulheres, elas não têm atendimento porque não existe mulher médica. O Brasil não faz essa distinção, mas, a questão econômica e a representação feminina na política fazem com que o nosso *ranking* desça. Então, dentro da América do Sul, nós somos o penúltimo país com melhor representação política e, em termos de todo país, ano passado, nós estávamos na posição 94. É importante dizer que, este ano, já saiu agora em junho, um novo *ranking* – em julho – e nós pulamos algumas posições devido à maior nomeação de mulheres como ministras, porque isso conta. Mas, ainda assim, quando se analisa a questão da participação feminina na política, o Brasil fica bem atrás do que poderia estar se tivesse o mesmo tratamento que dá, por exemplo, na saúde e educação. Nós estamos na posição 57, mas, quando analisada a questão financeira, uma mulher hoje, em média, ganha 40% a menos do que um homem, e a questão da participação política ainda é o nosso pior número dentre outros países. Na questão financeira, eu gosto muito de falar também dos números na política. Esses são números de 2014: 90% dos recursos doados aos candidatos foram para os homens e 10% para as candidatas mulheres. Qual foi o resultado da eleição de 2014 para deputado federal? Uma Câmara com 90% de homens eleitos e 10% de mulheres. Não me parece ser uma coincidência, e importante, nessa época, empresas podiam doar. Agora 100% do financiamento partidário e eleitoral é público, e eu acho que nós não podemos manter essa discrepância, quando estamos tratando de dinheiro público. Aqui foi o que os partidos declararam que gastaram este ano na campanha das mulheres. As contas estão sendo julgadas ainda, nacionalmente, os partidos declararam que investiram 30% nas campanhas femininas e 70% nas masculinas. No Rio Grande do Sul, acho que está mais próximo da realidade, disseram que foram gastos 75% com as candidaturas masculinas e 25% com as candidaturas femininas. É importante dizer que isso hoje é uma recomendação da jurisprudência para que, no mínimo, se gastem 30% dos recursos com as candidaturas femininas já que, no mínimo, 30% das candidaturas a serem apresentadas devem ser femininas. Pode passar. Desafios jurídicos e políticos, pode passar, por favor. Eu costumo dizer que não é a lei da cota de gênero, é um parágrafo, porque as pessoas

adoram falar que tem uma lei da cota de gênero. Mas é só um parágrafo, o parágrafo 3º do artigo 10 da Lei nº 9.504/77 que prevê que toda coligação deve apresentar no mínimo 30% de pessoas de um sexo, nem fala mulheres, e no máximo 70% de outro, por isso que o financiamento deve acompanhar esse percentual. Pode passar, por gentileza. O que isso gerou? Pode passar, já falei da decisão do TSE. Em vez de termos no mínimo 30% de mulheres, a gente tem usado como um limite máximo, teto máximo que os partidos têm apresentado de mulheres, gerando o que a gente sabe muito bem, ouve falar, as candidaturas fictícias ou laranjas, mulheres, como disse a desembargadora Vanderlei, que não têm intenção de se candidatar, muitas vezes nem sabem que são candidatas, apresentam a candidatura e nem elas mesmas votam nelas. Deixa eu mostrar uns números aí, por favor, pode passar. Em 2012, primeira eleição municipal em que foi obrigatório apresentar no mínimo 30% de mulheres, no máximo 70% de homens, tivemos 22 mil candidatas com zero voto, nem elas, nem as mães delas votaram nelas, ao passo que tivemos 3.400 homens com zero voto. Em 2016 começou aí um trabalho nesse sentido da Justiça Eleitoral e tivemos quase 15 mil mulheres com zero voto, uma redução já bastante grande dessas candidaturas, não que seja obviamente uma candidatura fictícia, mas é um dos maiores índices de uma candidatura fraudulenta, porque nem a própria pessoa mesmo vota nela. Em 2020, a última eleição municipal, nós tivemos 3.400 mulheres com zero voto. Vejam que essa tentativa da Justiça Eleitoral de inclusive punir o partido, derrubando a chapa inteira, se comprovada a fraude, tem de fato mostrado que tem sido diminuído o número de candidaturas com zero voto. É algo ainda a acompanharmos, vamos ver os números agora da eleição do ano que vem. Pode passar, por favor. Aqui duas emendas que eu gostaria de comentar com vocês, Emenda nº 111/2021, em que votos em mulheres e pessoas negras valem o dobro para a distribuição do fundo, numa tentativa de incentivar os partidos a apresentarem candidaturas de mulheres e pessoas negras. A Emenda nº 117 deu anistia aos partidos que não gastaram, não investiram nas candidaturas femininas, mas, ao mesmo tempo, trouxe a obrigatoriedade de que 30% seja investido nas candidaturas a partir do ano que vem, da eleição de 2024, e também a questão da TV, tempo de rádio e TV. Importante, vocês devem estar acompanhando, há uma PEC, a PEC nº 009/2023, tentando, mais uma vez, anistiar os partidos políticos e tirar essa obrigatoriedade. Ao que tudo indica, como não foi aprovada ainda, não valerá para as eleições de 2024, tendo a questão da anualidade eleitoral. Toda lei para eleição precisa ser aprovada um ano antes dessa eleição. Já passamos do prazo. Aqui eu falo da PEC. A última novidade legislativa com relação à participação feminina é a questão da violência política contra as mulheres. Aqui eu trago capas de revistas internacionais, isso não é um fenômeno brasileiro, é um fenômeno que acontece no mundo todo. O Brasil não tinha lei em 2021, aprovou a Lei nº 14.192, de 2021, que prevê que qualquer tentativa de impedir, restringir ou obstaculizar os direitos políticos de uma mulher é crime hoje no Brasil. Já tivemos a primeira condenação, no Ceará, com relação ao crime. A lei tem algumas críticas, mas, ao mesmo tempo, ao menos, ela existe hoje, antes nós não tínhamos nada. Acredito que, cada vez mais, com o conhecimento das parlamentares, isso pode acabar mandando uma mensagem de que o espaço da política, ainda que seja um espaço de

disputa, não deve ser violento. Eu vou encaminhar para o fim. Essa é a lei. Eu gosto muito de usar a frase da inglesa Mary Wollstonecraft, ela é considerada uma pré-feminista, porque ela escreveu isso em 1792. Ela defendia o direito de as mulheres participarem na política, e disse que era justiça, e não caridade o que o nosso mundo anseia. Muito obrigada pela atenção de todos, fico à disposição. Tchau, tchau.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Sra. Débora do Carmo Vicente, chefe da sessão de programas institucionais, falando sobre a participação feminina na política. O terceiro e último painel que nós temos aqui,

o Fair Play Eleitoral, Sr. Rogério da Silva de Vargas, secretário judiciário do TRE-RS. Aliás, quero lhe agradecer por sempre estar nos auxiliando aqui, na Câmara, das questões que envolvem até cassações, etc. e tal, tem sempre nos ajudado, sempre nos atendido com muita presteza, muito obrigado.

SR. ROGÉRIO DA SILVA DE VARGAS: Obrigado. Boa tarde, senhoras e senhores, é um prazer retornar à Câmara de Vereadores. Primeiramente, eu gostaria de saudar todos os presentes, na pessoa da nossa Presidente, desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak; do Ver. Hamilton Sossmeier, Presidente da Câmara de Vereadores; e muito especialmente todos os vereadores que aqui se encontram presentes. Eu vim falar com os senhores sobre *fair play* eleitoral, é um termo estrangeiro, que eu prefiro a sua tradução: o jogo justo. E por que falar de *fair play* eleitoral num tempo como este? Eu entrei na Justiça Eleitoral em 1996. Eu estou há 27 anos na Justiça Eleitoral, a eleição municipal do ano que vem será a minha sétima eleição municipal. Desde 1996, em 1996, nós tivemos uma eleição municipal extremamente aguerrida, forte, pegada, como todas as disputas eleitorais no Rio Grande do Sul, mas nós víamos um discurso que basicamente se preocupava com as carências e as necessidades da população, dessentia-se muito, havia posições antagônicas, até ideologicamente ou muito ideologicamente, mas nós víamos uma civilidade nos discursos. Com o passar dos anos, o que nós temos presenciado que, além da democracia, que, de certa forma, vem perdendo substância, nós viemos também perdendo muito do conceito de humanidade, no sentido do trato pessoal. Cada vez mais, a gente tem assistido a disputa política não como em busca do bem comum, mas quase como posições antagônicas, em que quem pensa diferente é meu inimigo. É em razão disso que a gente vem propor uma discussão sobre *fair play* eleitoral. O que seria o *fair play* eleitoral? É possível fazer uma analogia, sim, com o *fair play*, o jogo justo do mundo esportivo, porque ambos, tanto o eleitoral quanto o *fair play* no jogo, eles pressupõem um ambiente justo e democrático para todos os participantes. Ele pressupõe que determinadas regras sejam estabelecidas e seguidas, e essas regras são marcos civilizatórios importantes que precisam ser mantidos e zelados por todos os atores envolvidos no processo eleitoral.

O que seria o *fair play* no esporte? Respeitar as regras do jogo, respeitar o adversário, não ter condutas antidesportivas, aceitar as decisões do árbitro. E o *fair play* eleitoral também, são questões singelas, mas de difícil execução num mundo moderno de

tanto antagonismo: respeitar as leis – coisa mais simples e um ganho civilizatório de mais de 200 anos –, respeitar os adversários políticos, promover um debate saudável e respeitoso, respeitar o resultado das eleições. É disso que nós vamos conversar. Não são grandes regras, grandes elucubrações, são princípios civilizatórios, ganhos da universalidade há muito tempo.

Qual o primeiro aspecto, o primeiro princípio de jogo justo, de jogo limpo, intitulado como *fair play* eleitoral? É o que nós conversávamos, é o respeito às leis e às normas eleitorais. Esse princípio garante aos senhores e garante a toda a sociedade que as eleições sejam travadas de uma forma justa e transparente, e que os eleitores tenham respeitado o seu direito de poder votar sem pressões externas. A gente tem que ter a concepção de que as leis e as normas eleitorais são estabelecidas para garantir a igualdade de oportunidade de os senhores participarem do processo eleitoral. E também elas são estabelecidas para garantir a transparência desse mesmo processo eleitoral e a proteção do voto dos eleitores. Por isso elas abrangem uma ampla gama de temas, incluindo o financiamento das campanhas, a propaganda eleitoral, o voto e a totalização do voto. E hoje nós vemos, num crescente, a perda do jogo justo com uma incidência enorme de transgressões a normas básicas do financiamento das campanhas, da proliferação da propaganda enganosa, da quantidade de compra de votos, do abuso do poder econômico e do abuso do poder político. Essas condutas, cada vez mais, estão na pauta das autoridades eleitorais, mas não só das autoridades eleitorais, hoje nós vemos já um movimento social, um movimento de consciência política que preza pela transparência e a legitimidade, a perda do *fair play* é a perda do processo democrático, a perda da legitimidade da constituição dos nossos representantes. E por isso esse zelo que a Justiça Eleitoral, como mantenedora, como garantidora do processo eleitoral livre e transparente tenta estabelecer.

Um segundo princípio do *fair play* eleitoral, do dito jogo justo, seria a promoção de um debate saudável e respeitoso entre os candidatos. Senhoras e senhores, é importante que os candidatos respeitem uns aos outros e tenham condições de estabelecer um debate saudável e respeitoso. Divergências existem e elas são saudáveis, a questão é o nível em que ela se estabelece, pois qual a função de um processo eleitoral? É explicitar à população as diferentes visões de mundo que todos nós temos e todos nós prezamos. No entanto, elas devem ser estabelecidas num nível que eduque as pessoas, que emancipe as pessoas, que as façam crescer e não as dividam e que antagonizem as concepções políticas de uma forma em que com o diálogo não mais seja possível. Então, é uma regra básica, um debate saudável e respeitoso é o mínimo que a população brasileira e, não tenho dúvida nenhuma, que todos os senhores gostariam que houvesse.

Um outro princípio bastante básico do jogo justo, seria importante para os senhores, a garantia de igualdade de oportunidade entre os candidatos. Senhores, esse princípio visa a garantir que todos os candidatos tenham condições de apresentar as suas ideias e suas propostas sem que haja vantagens ou desvantagens injustas para qualquer um. Nós sabemos que a lei já estabelece algumas vantagens e desvantagens, mas essas foram fruto do processo legislativo e uma compreensão das forças políticas que

estabeleceram que o partido que tem mais candidatos, tem mais tempo, tem mais dinheiro, estas são desigualdades legais estabelecidas pelos senhores, pelo mundo político e que a Justiça Eleitoral apenas cumpre. E a garantia da igualdade de oportunidades é um princípio básico da democracia, pois ele garante que todos os candidatos tenham a oportunidade de levar a sua mensagem e participar das eleições. E aí existem diversas maneiras, diversas formas de se tentar garantir a igualdade de oportunidade nas campanhas eleitorais. Uma delas tem a ver com o financiamento público das campanhas, pois o financiamento é um modo de garantir que todos os candidatos tenham um mínimo de recursos financeiros para levar a sua mensagem e participar das eleições. Lembrando, nesse particular, uma questão que aflige muito a Justiça Eleitoral, que chega lá, mas que a Justiça Eleitoral não tem um normativo estabelecido pelo Congresso brasileiro, que tem a ver com o quanto cada candidato deve receber numa campanha eleitoral.

Nós temos ciência de que há uma disparidade muito grande, que são as direções partidárias que estabelecem quais os seus candidatos que entendem ser mais viáveis, quais os candidatos merecem mais recursos, mais tempo de TV, mais inserções. Essa discussão toda é travada dentro do partido, não há legislação brasileira que ampare qualquer decisão da Justiça Eleitoral dizendo que um candidato deve receber mais ou menos que outro.

No entanto, já vem, sim, sendo travada uma discussão bastante forte, no sentido de que, como é dinheiro público, é possível um candidato receber R\$1 mil e outro nada? Essa discussão vem num crescente, mas é importante que os senhores, como participantes, como atores do mundo político, levem essa discussão aos deputados federais, bem como aos senadores, para que exista um consenso mínimo e se estabeleça um regramento, no mínimo, mais claro dessas questões internas dos partidos políticos.

Um outro fator bastante importante para garantir a igualdade de oportunidade entre os candidatos é o respeito às normas que vedam a prática de propaganda enganosa, pois isso garante que os candidatos possam concorrer com o mínimo de condições da igualdade. Os senhores sabem, numa campanha de 45 dias, uma proliferação de desinformação em massa contra os senhores, os senhores não terão tempo de levar a sua proposta de qualquer tipo de planejamento de campanha, passarão todo o tempo tentando enxugar o gelo de desfazer uma desinformação. Portanto, o respeito a essa regra de não ser atentado às normas que estabelecem a não propagação de propaganda enganosa é muito importante para os senhores para garantir a igualdade de condições de participação dos senhores no processo eleitoral.

Um outro princípio do dito Fair Play Eleitoral seria o respeito aos direitos dos eleitores e à liberdade de escolha. Senhores, esse princípio nada mais é do que a garantia de que todos os eleitores devem ter de poder escolher o candidato que melhor represente as suas ideias e os seus interesses, sem sofrer pressões ou influências, seja dos outros candidatos, seja de terceiros. É importante que os eleitores tenham a possibilidade de escolher livremente sem sofrer nenhum tipo de situação que fragilize a sua posição. Na última eleição, depois de muito tempo, nós vimos uma situação que até então a justiça eleitoral não tinha encontrado, que foi a questão muito forte que surgiu do assédio

eleitoral laboral. Para os senhores terem uma ideia, no primeiro turno, nós tivemos lá em torno de 300 a 400 denúncias de assédio laboral eleitoral. Dez dias para o segundo turno, já havia passado de 2 mil reportes de assédio laboral eleitoral. Depressões que empregadores faziam a seus servidores, a seus funcionários, bem como determinadas instituições públicas também fizeram em determinadas situações. Isso quebra a igualdade, a transparência e a legitimidade do processo eleitoral. Nós vivemos, nesse particular, uma certa carência legislativa. A legislação trabalhista estabelece alguns mecanismos. Com relação à legislação eleitoral, nós temos um crime eleitoral, mas a resposta não é eficaz no sentido do processo eleitoral que ali está ocorrendo, ele só vai ter uma resposta penal no decorrer, mas ela não estanca essa situação de perda da possibilidade, da liberdade de escolha dos eleitores. Um outro princípio, seria a transparência na prestação de contas das campanhas eleitorais. Senhores, esse é um princípio fundamental para qualquer pensamento de *fair play* eleitoral. Os eleitores devem, além de ter direito de saber as propostas e ideias de seus candidatos, ter acesso ao financiamento de suas campanhas. Isso implica ter informações sobre quem financia e de que forma é gasto o dinheiro que é drenado para as campanhas. Só para os senhores raciocinarem comigo, a campanha de 2022 custou, por baixo, ao Brasil, R\$ 8 bilhões. Nós tivemos R\$ 4,9 bilhões do fundo especial de financiamento de campanhas, por volta de R\$ 1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão do fundo partidário e em torno de R\$ 2,8 bilhões de renúncia fiscal pelo horário eleitoral gratuito, que, na verdade, de gratuito não tem nada; ele é, sim, renúncia fiscal, ele tem um alto custo para o Estado Brasileiro, para o erário, para o povo brasileiro. Se nós pensarmos que um processo eleitoral custa em torno de R\$ 9 bilhões, nada mais necessário e justo que nós saibamos, com transparência, de que forma esses recursos são utilizados pelos candidatos, quem financia e uma prestação de contas detalhada de todos os gastos efetuados. Também poderemos pensar como outro princípio o combate à disseminação de notícias falsas e desinformação. Esse é um princípio basilar de qualquer regra de jogo justo, de jogo limpo. Os eleitores têm o direito a ter acesso a informações verdadeiras e fidedignas, para que eles possam tomar uma decisão consciente e informada na hora de votar. Os senhores devem ter presentes que a desinformação prejudica a disputa eleitoral, pois ela pode influenciar de uma maneira indevida a formação da consciência dos eleitores, e isso pode vir a causar uma deslegitimação do processo eleitoral, além do que, a desinformação hoje tem consequências jurídicas bastante graves. Ela é configura, hoje em dia, crimes eleitorais, como a calúnia, a difamação, a injúria, ela pode configurar, a partir de um determinado precedente do Paraná, o abuso do poder econômico por meio de propaganda enganosa, e as consequências, uma vez configurada a propaganda enganosa, considerada abusiva, o apenamento cabível vai desde a cassação do mandato, a inelegibilidade e a multa, e, em casos extremos, é possível, sim, configurar um crime eleitoral e levar à prisão. Hoje a legislação vem sendo aprimorada, porque era um tema que até então não era tão candente na disputa eleitoral, a desinformação, não que não fosse, mas não tinha a abrangência que tem em razão das redes sociais, dos meios hoje que nós temos de disseminar a notícia falsa.

Por fim e não menos importante – e aqui um conselho muito importante para os senhores, mas muito mesmo em razão das consequências jurídicas que hoje ela causa –, é a proibição das candidaturas-laranja. O que são as candidaturas laranjas? São aquelas candidaturas fictícias, criadas para burlar a lei eleitoral e desviar recursos de campanha. Basicamente, hoje, a gente configura a candidatura-laranja desta forma. Elas são umas candidaturas de fachada, criadas apenas para cumprir a cota mínima de candidaturas por gênero exigida pela lei, como diz a Débora, nem é a lei, é um parágrafo de um artigo estabelecido. Por isso é importante que os partidos assumam a responsabilidade de se comprometerem com a equidade de gênero na política, e por quê? Porque hoje, uma vez configurada a fraude, em razão das candidaturas-laranjas, a consequência jurídica é muito grave para os candidatos daquele partido que estiver envolvido, porque hoje a compreensão é que toda a nominata porventura eleita do partido, bem como todos os suplentes têm seus votos anulados, mesmo que eles não tenham participado da fraude. Hoje a compreensão no mundo jurídico eleitoral é que do ato nulo nenhum efeito pode subsistir, portanto a consequência é muito grave, os senhores são os maiores interessados em verificar se não há na nominata dos partidos de vocês, dos senhores, candidaturas-laranjas. Difícil, muito difícil, porque na verdade a gente só vai saber se uma candidatura foi apenas para cumprir a cota ou não ao final do processo, com aqueles indicativos: não houve campanha, não houve voto, nem a pessoa votou em si mesmo. Então, eu sei que a situação é bastante complicada para os senhores, mas os senhores, frente ao atual normativo, são os maiores interessados em zelar pela integridade e a legitimidade de todas as candidaturas que disputam a nominata do partido dos senhores em razão dessas consequências.

Para terminar, eu agradeço a participação, me coloco à disposição, e diria que como todos nós, a Justiça Eleitoral, os senhores e o cidadão têm o maior desejo que o processo eleitoral, sim, seja aguerrido, disputado, que as posições sejam colocadas em disputa para a sociedade escolher os caminhos, e uma eleição municipal é onde a vida acontece, por isso nós moramos nas cidades; a vida nossa acontece no dia a dia da cidade. Portanto, um processo eleitoral limpo e transparente compete aos senhores, compete à justiça eleitoral e compete à cidadania. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Sr. Rogério Vargas, secretário judiciário do TRE-RS. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, representando esta Casa Legislativa. Esse é um trabalho da Escola do Legislativo, cuja presidente é a Ver.^a Lourdes Sprenger, e o Ver. Aldacir Oliboni é o vice-presidente.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, quero pedir licença para cumprimentar, tirando o tratamento de Excelência de lado, a Sra. Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, desembargadora, presidente do TER; Sr. Carlos Vinícios de Oliveira Cavalcante, coordenador da Escola Judiciária Eleitoral; Sra. Débora do Carmo Vicente, chefe da Seção de Programas Institucionais, fez belíssima fala sobre as mulheres; Sr. Rogério da Silva de Vargas,

secretário judiciário do TRE, que me dá a honra de ser meu amigo pessoal; Sra. Patrícia da Silveira Oliveira, Desembargadora Eleitoral; Sr. José Osmar Pumes, Procurador Regional Eleitoral, pertence ao Ministério Público da União – MPU, onde eu tenho um filho também, só que em Rondônia – tive a honra de ter um filho que é seu colega.

Em 1954 houve o suicídio de Getúlio Vargas; vocês imaginam que ainda hoje o cadáver de Vargas faz votos, ainda hoje, em 2023; 2024, ano que vem. Imaginem em 1954, em 03 de outubro, com o suicídio em agosto, que mudou o País, um quebra-quebra violentíssimo, todas as entidades ligadas ao setor conservador foram destruídas, Ver.^a Karen, rádios, jornais, tudo – o povo destruiu. O trabalhismo nunca foi tão forte no Brasil como em 54; por coincidência, no Rio Grande do Sul, o trabalhismo lançou a sua chapa mais forte, Dr. Rogério, da história, porque concorria ao governo do Estado o Alberto Pasqualini, maior teólogo, teórico e ideólogo do trabalhismo, e ao Senado, duas vagas, João Goulart, que vinha do Ministério do Trabalho do Getúlio, e Rui Ramos, em uma época em que as eleições eram definidas em comícios. Era o maior orador do Rio Grande. Duas vagas no Senado: João Goulart, Rui Ramos. E, por coincidência, do outro lado, o lado conservador, que era o UDN, PSD, um senhor que era conhecido como apertador de mãos, Ildo Meneghetti, não falava bem, mas apertava muitas mãos; um à época advogado ainda desconhecido, Daniel Krieger, e um professor da UFRGS chamado Armando Câmara, que a eleição era a primeira dele. Na eleição era certo que ia ganhar o PTB. É óbvio. Getúlio morreu em agosto; a eleição era outubro. Eleição mais certa na história do PTB. A direita ganhou. A direita ganhou em 1954. Há muitas monografias escritas sobre 1954, a eleição inexplicável. Eu vi várias histórias sobre como se fez, o que se dizia do Alberto Pasqualini, que era um homem ligado à igreja católica, era taxado de comunista. Era taxado de comunista o João Goulart, um latifundiário do interior com terras no Uruguai e na Argentina, e o Rui Ramos, que não podia ser chamado de comunista, segundo consta. A igreja católica dizia: “Não, mas é metodista. Parecido com pagão”. Um metodista é um ramo do protestantismo cristão. Lutei com ele como os luteranos e como os tantos outros. Então, a *fake news* da época. Da época. E já funcionava. Enfim, não é possível outra explicação, porque a *fake news* nos traz a tragédia de que as pessoas votam contra e não a favor. Não querem mais eleger, querem derrotar. Isso é inadmissível, porque isso inverte – e aqui é importante falar, Presidente Hamilton, para os nossos representantes do TRE, Tribunal Regional Eleitoral –, isso inverte o sentido da escolha democrática. Eu não vou mais escolher, eu vou é derrotar, desembargador. Eu vou derrotar. Eu não quero escolher. Mas como a sociedade, Dr. Rogério, não pode abrir mão de escolha, mas a *fake news* leva por mecanismos psicológicos que envolvem inconsciente, subconsciente e mais alguma coisa freudiana do tipo, que as pessoas então se sentem mais vocacionadas a derrotar, e menos a eleger. Isso passa a acontecer em tudo, até mesmo na escolha da questão das mulheres. O meu partido, por exemplo, o nosso o PSOL, jogou todos seus recursos, ou a boa parte na eleição federal de uma mulher, Fernanda Melchionna, como jogou para deputado estadual também, e quase foi eleita a Ver.^a Karen, aliás a vereadora mais votada de Porto Alegre, quase foi eleita estadual; e foi eleita estadual Luciana Genro junto com Matheus Gomes. Então até nisso, não é por

não eleger mulher, é para votar contra. Então é uma situação complexa e nós temos que ter consciência disso. E o Tribunal Regional Eleitoral – eu falava há pouco, eu expressava ao Ver. Alex Fraga a minha opinião –, eu acho que tem um papel importantíssimo a cumprir: o da fiscalização desses erros partidários. Eu tive a oportunidade, Presidente Hamilton Sossmeier, de falar com Sua Excelência o ministro Alexandre de Moraes na presidência do TSE, e o TSE tinha uma orientação estranha em que ele verificava, Ver. Cecchim, que a ocorrência de fatos como abuso de poder político, abuso de poder econômico, e cassava o eleito, mas não os seus votos. Mas como? Então o que vai acontecer? Os partidos – eu acho que o Rogério me viu falando sobre isso também no TRE – vão colocar um bando de celerados bons de voto, vão fazer horrores, roubar, fazer de tudo, depois caça e deixa os votos para o partido. Não, votos obtidos com abuso de poder político e econômico têm que ser cassados junto. Recontagem. E é um papel importantíssimo que tanto o Ministério Público Eleitoral, através das AIJEs e outras ações, quanto o TRE, tem que desempenhar, e o nosso TRE, o nosso Tribunal Regional Eleitoral é um modelo nacional. Eu sou do tempo em que a gente concorria ainda sem urna eletrônica, e adoro as urnas eletrônicas, e já vou concluir: do Brasil inteiro, em primeiro lugar vinha os resultados do Rio Grande do Sul, e isso era muito importante e motivo de orgulho para todos nós. Fico aqui e concluo agradecendo a presença das senhoras, dos senhores, dizendo que toda ideia que nós podemos ter, realmente, é de que a democracia volte a ter a ideia de eleger os melhores ou os que eu acho melhores – eu, o eleitor –, e não mais por *fake news*, por invenções, por mentiras mal intencionadas, destruir o adversário, aquele que poderia, de fato, ser o nosso melhor gestor. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Hamilton Sossmeier, Sra. desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, presidente do TRE, fiz questão de ler todo o seu nome, porque a senhora está substituindo um grande presidente, o Dr. Francisco Moesch; e, antes de nominar a Mesa, eu faço questão de dizer que o TRE-RS foi homenageado, o presidente foi homenageado, e ele sempre dizia que não foi o Francisco Moesch o homenageado, foi a equipe toda do TRE-RS. E eu, pelas palestras de hoje aqui, pela palestra do Carlos Cavalcante, que é da escola, se viu uma das razões. Depois, escutando a Dra. Débora, se viu também por que esse tribunal tem tanta qualidade. O Rogério de Vargas, secretário do Judiciário, deu mais uma aula. O procurador, como quase todos os procuradores, fica no silêncio, e isso fala por si. A desembargadora Patrícia da Silveira Oliveira e o senhor, já falei do procurador... Eu vejo aqui por que o TRE-RS tem esse destaque. O TRE se deslocando até a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, começando por lá, indo ao encontro daqueles que também são responsáveis por uma boa eleição. Acho que nós, os eleitos e os candidatos, são muito responsáveis, junto com o TRE, para que a eleição corra bem. Pedro Ruas, nós, que somos

dos mais velhinhos aqui, fizemos e temos que dar o exemplo; nós temos uma gurizada, com todo o respeito, que gostam muito de umas notícias, de fazer uns posters diferentes, nós nem sabemos fazer isso. Eu não sei fazer essas coisas, eu só sei falar, ler e mandar mensagem, e olhe lá. Mas que bom que nós possamos ajudar, Pedro Ruas, ajudar a fazer a eleição assim. Fazer com que se valorize o bom e não que se destrua, não que se destruam currículos, que não se destruam vidas, que não se manchem pessoas que muitas vezes, ou a maioria das vezes não têm nada a ver com a coisa. Mas são destruídos para que um outro assuma o lugar. Eu tenho esperança, e aqui no Rio Grande do Sul não é diferente que nós temos, além de bons cidadãos, candidatos e cidadãs, candidatas, nós temos a justiça eleitoral, que chamar de justiça eleitoral séria é muito pouco, isso todos são, mais competentes e participativos, estão participando do processo desde antes, lá no início. Por isso eu queria cumprimentar as duas escolas, a nossa Escola aqui da Câmara de Vereadores e a Escola do Legislativo, por estarem se preocupando antes, prevenindo ou educando, que é melhor até; educando não fica ruim a gente ser educado por aqueles que são responsáveis. É bom, é bom que a gente seja educado por aqueles que são responsáveis por isso. Então, a todas, a senhora desembargadora que é a presidente, e a todos que fazem parte do TRE, eu quero dizer aqui que eu confio, a nossa bancada do MDB, do Pablo Melo, da Ver.^a Lourdes, e tenho certeza que de todos os colegas, quanto à confiança no resultado, nós podemos ficar tranquilos. E a nossa preocupação, que seja única, demonstrar o trabalho que já fizemos, nós que fomos eleitos, e aquilo que nós poderemos fazer pela cidade, sem mentir e sem destruir a reputação de ninguém. Eu acho que isso é uma das coisas mais importantes que se destacou aqui. Eu tive o privilégio de ser presidente da Câmara de Vereadores no ano passado, e presidi uma Câmara que teve a maior bancada negra da sua história e a maior bancada feminina da sua história. Então, Porto Alegre, doutora, realmente nós estamos na vanguarda. E eu espero sinceramente que a gente continue assim, Ver.^a Mônica Leal, vi a Ver.^a Comandante Nádia por aí também agora. Nós temos mulheres e homens responsáveis aqui, espero que sejamos também, além de responsáveis, ajudantes da justiça eleitoral. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aldacir Oliboni, vice-presidente da Escola do Legislativo Julieta Battistioli, está com a palavra.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sejam bem-vindos à Câmara Municipal de Porto Alegre. Eu acredito que essa iniciativa da Escola Legislativa – e informei aqui com a nossa presidenta Ver.^a Lourdes Sprenger – é mais uma forma de poder acentuar o que os senhores e as senhoras trouxeram no dia de hoje: os caminhos da democracia. Ouvindo aqui a fala dos senhores e das senhoras, eu percebi que, se todos nós pudéssemos ter essa cartilha, ela tem uma enorme importância, porque grande parte dos colegas vereadores e vereadoras são dirigentes partidários aqui, e isso tem que ser como uma lição de casa. Muitas vezes, nós vamos consultar a legislação eleitoral, mas, quando nós ouvimos pessoalmente a fala de vocês que estão aqui na nossa querida Porto Alegre, é um recado muito acentuado para

que a gente possa cumprir a lei, porque, no pós-eleição, pode-se estar prejudicando, eu diria pode estar defendendo quem foi prejudicado e ter que dar uma penalidade em quem acabou se estendendo demais ou não cumprindo determinada lei. Portanto, isso é muito importante, não esquecendo o que a própria desembargadora falou aqui, e eu anotei inicialmente os cinco pontos que ela nos deu o recado: todo o cidadão deve votar, óbvio, muitos até nem querem votar, alguns estão isentos pela idade e outros não querem votar, depois tem que ir lá justificar ou pagar a multa; o voto tem igual peso para todo mundo, tem igual peso, não há diferença do tamanho da representação do voto, ele tem uma enorme representatividade; todos são livres para votar e escolher quem ele achar melhor ou adequado para representá-lo no poder público municipal, estadual ou federal; escolher entre os diferentes, e olha que tem muitos diferentes, são polos completamente diversos, e a última eleição mostrou isso, pois, então, nós temos o direito de escolher. A eleição é uma decisão coletiva e deve também representar os direitos da minoria, essa é a grande questão, porque, às vezes, as minorias são geralmente as que perdem a eleição e, muitas vezes, não tem como convencer, nem mesmo numa moção que se apresenta nesta Casa, que o direito das minorias também é um direito: ah, mas ele pensa diferente. Bom, ele pode pensar diferente, mas ele também está representando 5, 6, 10 mil votos, Ver. Marcelo, ele representa um segmento da sua comunidade ou da cidade em que ele é vereador. Então eu creio que estas falas trazidas para nós hoje aqui foi mais do que um bom recado, e eu sugiro, Presidente, que esta colocação trazida aqui pelo TRE possa ser distribuída para todos os vereadores e vereadoras. Parabéns! Sucesso! Continua assim, que estava muito bom.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado pela sugestão, Ver. Aldacir Oliboni, que é o nosso vice-presidente. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) O assunto é extremamente importante e penso que o tempo é curto, deveríamos falar muito mais sobre isso, me preocupa, e quero compartilhar com os senhores e as senhoras que eu sou autora de uma moção de repúdio à minirreforma. Ela me preocupa demais, por várias razões que vou tentar resumir aqui. O espaço das candidatas mulheres está sendo muito prejudicado, a Câmara de Deputados, na verdade, perdeu uma excelente oportunidade, um excelente momento de aperfeiçoar a representação das mulheres, inclusive o Tribunal Superior Eleitoral anulou inúmeros casos de fraudes de candidaturas pela inclusão de nomes de mulheres que sequer fizeram campanhas – o que foi muito bem apresentado aqui –, ou que receberam votos. Isso é muito importante, tanto que o tribunal já possui expediente para se criar uma súmula sobre esse tema e alinhar o entendimento. A Câmara de Deputados deveria proteger, tirar a vulnerabilidade em casos como esses, a seriedade deve prevalecer no trato do processo legislativo, é preocupante a definição que foi posta no projeto, pois restringe os tipos de fraude, o que caracteriza uma facilidade para essas ilegalidades. Repito, no momento em

que existe uma válvula que facilita esses elementos, como campanhas fictícias, temos uma involução. A preocupação é real, se trata de representatividade parlamentar por parte das mulheres! Seriedade na política começa nas campanhas, ou seja, se criarmos espaços para campanhas *fakes*, o que será da nossa política? A participação das mulheres na política é de suma importância, contudo se verifica um sinal de que a Câmara de Deputados fragiliza essa representação, isso porque, uma vez que o cumprimento é por federação e não por partido individualmente, esse percentual cai, pois, se a cota mínima é de 30% de candidatas mulheres e pode ser preenchida por uma federação – e não por cada partido individualmente, como é atualmente –, o percentual de mulheres concorrendo vai, sim, enfraquecer. Outro aspecto, segundo o projeto: o dinheiro reservado nas campanhas femininas, sejam claras, o dinheiro reservado nas campanhas femininas volta a ter um entendimento de que ele pode custear despesas comuns a outros candidatos, inclusive no aspecto da propaganda, que é o mais importante. Isso detecta desvio de finalidade, da rubrica estabelecida para o gasto do dinheiro. Não podemos alimentar a prática de listas fraudulentas com candidatas fictícias. Precisamos resgatar e garantir a concorrência entre mulheres e homens nas campanhas de forma igualitária e justa. E quero aqui, com um depoimento – estou no meu quarto mandato – dizer que as mulheres já enfrentam inúmeras dificuldades para conquistar seu espaço. Precisamos estar atentas e repudiar esse processo na política brasileira, por esta razão, conto com todos os meus nobres colegas para aprovar essa moção de repúdio à minirreforma eleitoral.

E por fim, eu gostaria, desembargadora, de dizer que eu sou jornalista e, como tal, eu leio tudo, eu analiso. Meu pai costumava dizer que eu era uma exímia observadora da política. Eu tenho a sua matéria, eu a levo junto, por onde ando. Acompanho tudo, debato, compartilho e estou extremamente preocupada com o momento que nós vivemos na política. E ouvi aqui que a violência na política contra as mulheres, qualquer tentativa de impedir ou fazer algo contra as mulheres é crime. Mas nós aqui, nesta Câmara, na última eleição, vivemos um episódio inusitado: colegas que concorreram faziam *cards* contra colegas candidatos. E esses *cards*, essas mentiras eram espalhadas por grupos de WhatsApp de amigos, eleitores, vizinhos, familiares – isso a gente não consegue dominar. Eu recebi vários. Então, é muito preocupante, eu acredito que nós possamos fazer uma mudança na política, que está faltando um ponto em comum para construirmos o País juntos. Isso começa por regras básicas, como respeitar as leis, ter uma conduta respeitosa com os adversários, os colegas e fazer debates positivos. Eu agradeço muito a presença de vocês. Voltem sempre! E vamos continuar nessa caminhada. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, dignas autoridades já nominadas, quis o destino que eu estivesse hoje aqui em substituição a um colega meu, sou suplente, falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, agradeço aos

colegas Oliboni e Jonas, e estou muito feliz de participar deste debate. Quando a desembargadora Vanderlei fala no Chomsky, eu me remeto ao meu tempo de estudante de Letras, o qual foi meu guia nas questões gramaticais, a gramática gerativa. Depois sexagenário, eu voltei e fui fazer Direito, e tive e tenho até agora o Norberto Bobbio como meu mestre na área do Direito. Hoje Chomsky, para mim, é um luminar aos seus 95 anos sobre as três questões aqui levantadas, que são da atualidade, sobre os problemas da humanidade e, talvez, o fim da humanidade, como aqui se colocou. Para fechar o tripé das pessoas, dos pensadores que eu me guio bastante, eu não poderia deixar de citar Hannah Arendt, porque tudo que as senhoras e senhores falaram aqui está dentro do escopo que ela trouxe para nós, para a filosofia moderna, a partir do julgamento de Eichmann, em Jerusalém, que é a banalidade do mal. Eu digo inclusive que hoje nós temos a banalidade do mal ambulante e permanente. Neste momento em que nós acabamos de comemorar 35 anos da Constituição cidadã, cujo foco principal é a dignidade da pessoa humana, nós estamos fazendo o debate que tem que ser feito sobre a democracia, sobre o respeito às pessoas, e aqui foi citada a questão das mulheres, mas não apenas das mulheres. As mulheres são as principais vítimas, mas dentro dos partidos políticos, sem exceção, inclusive no meu, eu tenho uma pessoa que está estudando exatamente o financiamento de campanha. E digo que na última campanha, desta legislatura que eu participei, foi de uma discrepância atroz e que vai ensejar outros tantos debates internos e externamente. Nós, nos últimos tempos, não vivenciamos esses problemas apenas no Brasil. Há um livro chamado Os Engenheiros do Caos, que mostra como esse é um tema mundial, começando com os Estados Unidos, o Brasil, a Hungria, o Irã, enfim, vários e vários países. Inclusive, quem quiser ir mais a fundo tem que ler Como as Democracias Morrem, acho que é assim o título do livro, outro livro.

Mas, falando de *fake news*, muito bem expostas aqui as preocupações com as *fake news*, eu quero dizer que elas não surgiram com as mídias sociais, elas não surgiram com a internet. Lembro que, no final do século XIX, no Brasil, Prof. Alex, os partidos políticos tinham os seus jornais. Os liberais gaúchos tinham o seu, Silveira Martins e outros, alguns, inclusive, monarquistas, claro; e os republicanos aqui, os castilhistas, borgistas tinham A Federação. A Federação foi o órgão de imprensa, o jornal campeão de *fake news* na guerra civil de 1893/1895. Basta ler A Guerra Civil de 1893, do Sérgio da Costa Franco, ler o livro As Cinco Tumbas de Gumersindo Saraiva, do jornalista Ricardo Ritzel; e o do nosso jornalista aqui, Nilson Mariano, quando fala do caso Adão Latorre. Lendo esses livros, a gente vê que a degola foi uma crueldade impressionante e que não pode se apagar. Mas não eram os maragatos nem foi o Adão Latorre o principal degolador. Ele foi, tem provas, mas teve fotos publicadas no A Federação falsificadas. O maior degolador de todos os tempos foi um pica-pau, o Firmino de Paula. É só ler esses livros, e podia citar outros tantos, Ver. Cecchim, porque nós precisamos revisitar a nossa própria história, para que a gente não faça injustiças. Assim, meu Presidente, dignas autoridades, é uma boa tarde, é um bom debate, e que nós continuemos, pelas escolas do Legislativo e Judiciário, fazendo os debates, nos preparando para o próximo pleito, porque, infelizmente, a banalidade do mal é ambulante e permanente. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos; boa tarde desembargadora, representante do Tribunal Eleitoral, parabéns pelo trabalho que vocês desenvolvem. Eu escutei atentamente, talvez, eu tenha sido um dos que mais atentamente escutou essa aula de vocês. Eu me interesso por este tema, e o tema que mais me instiga é a questão da informação, da desinformação, da *fake news*, da questão, inclusive, da própria urbanidade entre os candidatos, que, muitas vezes, falta aqui neste Parlamento. Muitas vezes, nós, da direita, somos chamados de fascista, nazista, racista, imputando a nós crimes, mas não vem com provas de que nós cometemos esses crimes. E eu acho que isso é falta de *fair play* eleitoral ou *fair play* político com os colegas que estão aqui, no Parlamento. Isso é um fato que, infelizmente, acaba que parece que a esquerda política, às vezes, tem uma licença poética para nos culpar ou nos xingar ou nos criminalizar, mesmo quando nós não tenhamos feito nada para merecer essas ofensas.

Com relação à questão das *fake news* – eu estava aqui conversando com meu advogado, enquanto isso – nos preocupa muito, a questão especialmente das agências de checagem, porque o Tribunal Superior Eleitoral fez um convênio com agências de checagem para conferir a informação. Pelo que eu entendi, não existe remuneração às agências de checagem. Só que eu entendo que há uma delegação de poderes, do Poder Judiciário à iniciativa privada, para que a iniciativa privada faça a verificação do que é verdade e o que não é verdade. Muitas vezes, acaba acontecendo que injustiças acabam prosperando. Eu fui, pelo menos, duas vezes vítima de injustiça por checagens tendenciosas das agências de checagem, especificamente a agência de checagem Lupa, e eu vou trazer os exemplos aqui. Uma delas foi a questão do ataque do dia 8 de janeiro, os atos daqueles vândalos que invadiram as sedes os três Poderes e depredaram o patrimônio público. Ninguém aqui concorda com a depredação do patrimônio público, e eu mesmo fui, no próprio dia que teve a depredação do patrimônio público do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo lá em Brasília, um dos primeiros, durante os próprios ataques, a me manifestar contra. Só que, passado algum tempo, o general G. Dias foi flagrado, entre outras, como tendo estado dentro do Palácio do Planalto durante a invasão dos vândalos – isso é um fato. E a CNN, se não me engano, noticiou isso, era dia de sessão, e eu aqui, nesta tribuna, fiz um discurso eloquente, falando: “A casa caiu, Lula, o general G. Dias foi flagrado tomando [e eu fiz exatamente assim] cafezinho com os golpistas que estavam lá fazendo a invasão aos palácios dos três Poderes”. Falei sobre a questão dos processos que não seguiam a questão do rito legal, das prisões que muitas pessoas acabaram julgando como sendo arbitrárias e todas as coisas nesse sentido. E eu fui checado pela agência Lupa não pelo que eu falei ou pelo que eu não falei; foi pela força de expressão que eu usei. Não foi porque eu falei algo errado, do ponto de vista técnico ou dos fatos, foi porque eu falei que ele serviu cafezinho e não água; porque ele serviu água, não serviu cafezinho. Então, uma história trazida na tribuna de um

parlamento de uma capital foi taxada por uma agência privada, que tem o seu viés, a gente entende que tem o seu viés, foi taxada como mentira. E eu perdi o alcance daquela publicação e tive o risco de ter a minha conta, que eu utilizo como parlamentar para divulgar o meu trabalho, suspensa por uma checagem, de fato, tendenciosa. Depois, passou mais um tempo, inclusive na CPI do 8 de janeiro, demonstrou-se que, de fato, o G. Dias tinha ali as suas implicações, deveria ter agido de maneira preventiva, não o fez, e eu fui criminalizado, tendo parte da minha voz diminuída nas redes sociais – que é uma ferramenta legítima do mandato – por uma checagem de fato tendenciosa, de uma agência de checagem de fatos que eu entendi que não tinha a imparcialidade necessária para poder fazer aquele julgamento. Essa foi a primeira vez que isso aconteceu comigo.

A segunda vez que aconteceu comigo foi uma notícia sobre a questão das enchentes que aconteceram aqui no Rio Grande do Sul. De segunda para terça houve, infelizmente, a tragédia das enchentes que acometeram a região do Vale do Taquari. E eu tenho familiares na região do Vale do Taquari, minha mãe é de Encantado. Na terça-feira foi a tragédia, na quarta ou na quinta o Lula viajou para a Índia, e daí eu acho que eu tenho o direito de ter a indignação, de me indignar com um chefe de estado que se retirou do país durante uma tragédia, mas, enfim, não falei nada sobre isso, eu apenas demonstrei a minha insatisfação. Na sexta-feira, o Alckmin, como Presidente em exercício, veio para o Estado do Rio Grande do Sul e anunciou que os municípios teriam direito a R\$ 800,00 por pessoa, dados à prefeitura, como forma de fazer o ressarcimento, a compensação dos estragos trazidos pelas enchentes. Eu, indignado com aquilo, fiz um vídeo nas minhas redes sociais e falei: “Isso é um absurdo!”. Publiquei na sexta-feira de noite, cerca de oito horas após o Alckmin ter feito o anúncio. No domingo, inclusive pelo fato de o vídeo ter alcançado mais de 10 milhões de visualizações, somando todas as redes sociais, eu tenho certeza de que isso impactou o governo federal, o Alckmin anunciou milhões para o Ministério da Defesa, milhões para o Ministério da Saúde, milhões para o Ministério da Assistência Social para acolher o Estado, acolher as vítimas aqui do Rio Grande do Sul. Então, eu publiquei a informação correta no momento correto e fatos supervenientes ao meu vídeo desmentiram o que eu disse. O que aconteceu? A agência Lupa disse: “Oh, o Jessé está propagandeando desinformação, porque o governo federal lançou um pacote de R\$ 800 milhões para fazer acolhimento das famílias do Vale do Taquari”. Então, o que eu entendo? Muitas vezes, por uma certa tendência das agências de fato, não estou julgando o Poder Judiciário, existe um pedaço do espectro político que acaba sendo criminalizado. Se eu tomar mais uma punição, eu perco acesso às minhas redes sociais. Será que isso é justo? Um parlamentar falando apenas fatos verdadeiros, no momento em que foi feita a publicação, ser punido por fatos supervenientes no futuro? Eu acho injusto. E tem um caso aqui – aqui dentro, agora –, neste momento, que não foi punido pelas agências de checagem, que eu quero trazer ao conhecimento do Tribunal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Para concluir.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Nosso colega aqui, que eu respeito muito, o Ver. Pedro Ruas, publicou ontem nas redes sociais dele isso aqui: “Ataque de Israel a hospital em Gaza mata ao menos 500 pessoas na Palestina”. Nós sabemos hoje que o míssil que atingiu o hospital não partiu de Israel, partiu da própria Faixa de Gaza pelo grupo Jihad Islâmica. O Ver. Pedro Ruas está cometendo a desordem informacional? O Ver. Pedro Ruas está cometendo *fake news*? Será que as agências de checagem vão checar a publicação do vereador, assim como checou as minhas postagens?

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Exatamente o que está escrito aqui. Está aqui, está na rede social do senhor: “O Ver. Pedro Ruas postou há 24 horas atrás”.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Seu tempo, vereador.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Exatamente, está na sua rede social. Então, eu não estou criticando os senhores, eu estou expressando uma indignação de alguém que se sentiu injustiçado e inclusive eu busquei a justiça para tentar reparar esses danos. Então, eu acho que é importante vocês, na hora de fazer a avaliação da questão da informação, desinformação, *fake news*, considerarem os fatos no momento em que eles aconteceram, porque fatos supervenientes, obviamente vão alterar o contexto. Por exemplo, uma notícia de seis anos atrás...

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Vereador, por favor, já passaram dois minutos do seu tempo, vereador.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Uma notícia de seis anos atrás vai estar desatualizada com a realidade, e nós precisamos que isso seja levado em consideração na hora de julgar e fazer a checagem de fatos. Obrigado e parabéns pelo trabalho.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Peço que os vereadores, por favor, respeitem o tempo estabelecido no Regimento.

O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Serei breve, até respeitando os compromissos que a senhora e os senhores têm logo mais. (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu começaria dizendo, como servidor público que sou, por 50 anos, trabalhei praticamente grande parte do meu tempo no setor público, na escola. Portanto, eu quero trazer aqui o meu registro da importância das escolas que nós temos, corporativas, que não são corporativas, que expõem as questões necessárias a expor.

Eu trabalhei na Escola Fazendária da União, fui o fundador da Escola Fazendária no Estado, tenho participado aqui da Escola do Legislativo, meus cumprimentos, porque sei do belo trabalho que vocês desenvolvem. Mas acredito também que nós temos que saudar a presença das senhoras e dos senhores do TRE aqui conosco, nesta tarde, primeiro, pela iniciativa de estar aqui; em segundo, principalmente pelo tema que vocês aqui trazem: o nosso jogo amigo, a eleição, a disputa enquanto jogo amigo, isto não tem acontecido por uma série de razões.

Com relação à urna eletrônica, eu sou amplamente favorável e confiante nessas urnas. Concorri pela primeira vez em 1986, lá se vão trinta e alguns anos, quando o voto era no papel, que em uma certa hora se estava eleito, daqui dez minutos ou meia hora, se estava fora. E a urna eletrônica hoje – o Cecchim, o Pedro Ruas e outros mais antigos sabem – traz uma segurança, e como era o risco da urna de papel. Portanto, confiamos no resultado seguro da nossa urna.

Muito bem, e o *fake news*. Eu me lembro de uma senhora que trabalhava lá em casa, que tinha o primeiro grau incompleto, quando do *impeachment* da Presidente Dilma – aquele golpe, com todo o respeito –, certa vez, eu estava conversando com ela e disse: “Olha, é uma coisa esse *impeachment*.” Ela me disse o seguinte: “Não, seu Ferronato, mas a Dilma praticou pedalada fiscal.” Quem de nós sabe hoje o que são pedaladas fiscais? Aquele *fake news* analógico daquela época levava também para a cabeça das pessoas a mesma coisa que se leva hoje. E o *fake news* de hoje é altamente ruim, mas é mais fácil de combatê-lo do que aquelas informações que se tinha lá.

Por outro lado, e para concluir rapidamente, eu me lembro do José Lutzenberger, quando se falou aqui do risco nuclear, e eu estava vereador aqui naquela década. Pedro Ruas, o José Lutzenberger vinha aqui, os caras chamavam de doido, de louco, de extrema esquerda, porque ele defendia o meio ambiente. Então, quero trazer aqui a minha saudação e agradecer.

Eu vou finalizar falando sobre o financiamento de campanha, que falaram aqui, meu Deus do céu, a coisa mais criminosa, um dos maiores crimes eleitorais que nós temos hoje. Dois, três, cinco ou 10 comandantes decidem para quem dar, eles já têm os eleitos. Eu concorri a senador aqui, mas, na metade da campanha, eu renunciei. Sabe por quê? Porque um ou dois ou 10 do meu partido aqui, em Santa Catarina, no Paraná e etc. levaram milhões e, para campanha ao Senado, Ver. Cecchim, zero, nada! Eu só não saí e renunciei tudo porque eu perdia o meu mandato, senão eu tinha ido. Aquele abraço, cumprimentos, parabéns e obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde, Presidente, não quero trazer aqui temas ideológicos. Eu quero dizer que estou há quase 10 eleições, parece mentira, e o sistema mudou muito, mas tem uma coisa que não vai mudar: é a cabeça do ser humano. O político não veio de Marte, veio do meio da sociedade. Consequentemente,

o político muitas vezes acha que pode tudo. Não pode! Ele tem que obedecer às regras. Muitos entram para a campanha não sabendo o que têm direito, o que podem fazer numa eleição e terminam a eleição não sabendo. E vêm para esta Casa ou para o Legislativo não sabendo a lei eleitoral e não querendo saber – esse é o grande problema. Todos nós achamos que sabemos tudo. Eu aprendi – até porque sempre fui atleta, capitão, líder e treinador – que quem tinha que mostrar para os atletas o regulamento da competição e que era daquela forma que nós tínhamos que jogar era o treinador, não era o presidente. Era o treinador, a responsabilidade era dele. Se perdesse, era ele que perdeu. Se ganhasse, ele ganhava junto. Então, naturalmente, parabéns pela apresentação, mas é um desdobramento muito longo que vocês vão fazer, por isso, vocês já vão numa cidade tão distante como a minha, 600 quilômetros da capital, porque é um trabalho árduo, mas muito importante. Naquela época em que eu me elegi pela primeira vez, não tinha *fake news*. As redes sociais são um grande problema das eleições, foi e será. Tem muita gente que está se elegendo em redes sociais. Quando chega aqui nesta Casa, não presta na sociedade e não presta aqui. Isso é em todos parlamentos. Portanto, as casas legislativas são os princípios, o princípio da democracia. A democracia está começando com que vocês estão fazendo, mostrando como se deve fazer e aprender. Ninguém nasceu sabendo, mas pode aprender. Tem que ter interesse. E o político, muitas vezes, depois que se elegeu, acha que pode tudo. Não pode! Por isso que dá problema, quando vê, ele é cassado; quando vê, ele está trabalhando em duas repartições, numa que não pode, e tem que trabalhar aqui, tem que assumir a responsabilidade como parlamentar. Então, nesse aspecto, o começo é importante.

Quero parabenizar a Ver.^a Lourdes, que é a presidente da comissão legislativa, e que nós possamos – aproveitando esse advento de vocês nos dando essa possibilidade de entender cada vez mais – fazer uma cartilha. Tudo que vocês falaram aí: ódio, rede social, com tudo, preencheram todos os requisitos, uma cartilha para que gente possa também não só entender, como passar para a sociedade. O cidadão lá da ponta, quando vai um candidato a vereador mal informado, chega lá e diz: “Aqui eu vou fazer um posto de saúde para vocês” – e ele não tem essa prerrogativa. Vereador não faz posto de saúde, quem faz posto de saúde é a Prefeitura, é o Executivo; nós somos Legislativo. Então, são essas questões que nós temos que passar tanto para nós como para o cidadão entender como é a política. Tem muita coisa errada. Laranja tem de monte, e é culpa, na maioria das vezes, dos partidos políticos que não se estruturam, que não têm condições, só pensam em dinheiro e protegem alguns candidatos. Um abraço. Parabéns. Boa viagem para a minha longínqua São Borja. E o Bruno mandou um abraço para o amigo.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde colegas vereadores e vereadoras, Presidente Hamilton Sossmeier, é bonito olhar para essa Mesa e ver a paridade, o TRE representado aqui por três mulheres e três homens. (Saúda os

componentes da Mesa e demais presentes.) Eu me inscrevi, Presidente, provocada pelo nosso colega Idenir Cecchim, porque fiquei reflexiva assistindo a todos os números, os dados que vocês trouxeram aqui para nós. É preciso, de verdade, valorizar o trabalho da Justiça Eleitoral, que tem desempenhado um grande papel na defesa da nossa democracia em tempos de ataques às nossas instituições; é preciso deixar registrado isso, não é, Ver. Ruas? É extremamente importante. Quero reiterar a fala e iniciativa sobre a ampliação e a participação das mulheres, de negras, de negros, e ressalto que junto a essas iniciativas é preciso avançar na consolidação dos partidos políticos. Os partidos políticos são os instrumentos que nós temos na nossa democracia que garantem a pluralidade, a diversidade do povo brasileiro para pôr em prática as formas organizativas, para garantir na prática a participação política de setores historicamente alijados desse processo, como são as mulheres, os setores populares, negras, negros. Então, é extremamente importante o trabalho que o TRE faz.

Eu quero aqui registrar a minha concordância com a Ver.^a Mônica quando apresenta essa moção de solidariedade. Felizmente, essa minirreforma eleitoral, neste momento, fracassou, não vai ser aplicada para as próximas eleições, na medida em que não foi votada a tempo, porque seria um grande prejuízo para nós, mulheres, que lutamos tanto pelas cotas, que identificamos, logo em seguida, que as cotas estavam sendo usadas pelos partidos, como aqui trouxeste, a famosa candidatura laranja; aliás, conhecemos algumas laranjas do nosso Estado, do nosso Município de Porto Alegre. Portanto, para nós, queria dizer e deixar registrado que, por vezes somos tratadas, inclusive nesta Casa, que as nossas falas são mimimis das mulheres, acho que os dados eles falam por si só, não é? Nós, mulheres, precisamos estar na política; a importância das mulheres na política é exatamente porque somos nós que evidenciamos a necessidade de políticas públicas para estarmos na política. É difícil tu veres alguém perguntar a um homem, quando ele está em reuniões intermináveis, à noite, finais de semana: onde está o seu filho, com quem está, para que ele esteja ali? Não é verdade? Nós precisamos estar mais na política. Hoje, no Brasil, nós, mulheres, estamos em todos os lugares, em todas as profissões, somos a maioria nos bancos escolares, nas universidades; no entanto, quando a gente olha para política, a distância é grande, onde nós estamos em menor contingente é na política. Felizmente, aqui em Porto Alegre, elegemos 11; hoje somos nove, em função das eleições que felizmente projetaram mulheres a estarem na Assembleia Legislativa e na Câmara Federal, como é o caso das duas deputadas 100% PCdoB, a nossa bancada era 100% feminina, e foram eleitas deputadas estadual e federal. Eu quero dizer que é muito orgulho estar no PCdoB, ter no PCdoB um partido centenário, mas um partido pequeno, um partido que estimula as mulheres, que projeta as mulheres na política, somos dirigidos nacionalmente por uma mulher que, aliás, é ministra da Ciência, Tecnologia e Informação. Hoje é o Dia da Ciência e Tecnologia, e está lá uma mulher, ou seja, numa função que historicamente foi ocupada por homens. Aqui, no Município, nós temos a Bruna Rodrigues que é a nossa presidente.

Eu termino dizendo, Presidente Sossmeier, que, em 2024, será umas das maiores eleições do mundo aqui no Brasil, uma das maiores: 152 milhões de eleitores e

eleitoras estarão aptas a votar. Nós elegeremos cerca de 5.568 prefeitos e prefeitas, e 58 mil vereadores e vereadoras. Portanto, reitero que o papel do TRE é extremamente importante para que a democracia de verdade seja exercida dentro dos nossos partidos, dentro de uma câmara municipal, dentro da política. Eu termino dizendo, Presidente, uma frase de que eu gosto muito de dizer, que ela nos toca muito para nós, mulheres, que é uma frase de Michelle Bachelet. A Michelle nos diz: quando uma mulher entra na política, muda esta mulher; mas quando muitas mulheres entram na política, muda a política. Nós queremos mudar essa política. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, vereadores e vereadoras, ilustres participantes da nossa sessão plenária de hoje que aqui já foram nominalmente mencionados. Gostaria de fazer um agradecimento especial aos integrantes da minha bancada do PSOL nesta Casa Legislativa: ao nosso líder, Ver. Pedro Ruas; ao Ver. Roberto Robaina; e à Ver.^a Karen Santos. Eu peço uma licença, porque todos aqui ou boa parte dos integrantes desta Casa Legislativa trabalha, na maior parte do tempo, com um bom grau de urbanidade, educação e cordialidade. É claro que, às vezes, nos exaltamos. Isso faz parte. Mas algumas pessoas não conseguem lidar com o que nós acreditamos ser democracia. É preciso escutar a divergência. É preciso assimilá-la, mesmo que nós não concordemos. Manifestemo-nos em contrariedade, coloquemos nossas opiniões e assim contribuimos para que a sociedade continue a avançar – esse é o princípio da democracia, tão falho hoje em dia. Mas eu peço escusas, porque, em virtude de uma das falas que foi feita nesta tribuna, eu preciso mencionar uma frase que ouvi de um homem muito mais velho do que eu e muito mais sábio, e que mudou bastante a minha vida, me fez ser uma pessoa mais reflexiva e ponderada. Ele disse: “Em muitas vezes, na tua vida, fiques quieto; deixes que os outros pensem que tu és um idiota, ao invés de abrir a tua boca e dar a eles a certeza”. Eu não vou mencionar o nome dessa pessoa que me falou essa frase porque não sei se é de sua autoria, mas ela é de grande valia e deveria ser pré-requisito para que todas as pessoas ponderassem as suas palavras na hora de utilizar um espaço de grande alcance, como é esse, e de grande responsabilidade também, Presidente Hamilton. Eu agradeço muito a presença de vocês, saúdo também a iniciativa da nossa Escola do Legislativo, porque precisamos, sim, falar sobre democracia, precisamos falar sobre pluralidade, precisamos falar sobre desinformação. Mas precisamos também, de acordo com as falas do Ver. Cassiá Carpes e da Ver.^a Biga, exigir que as siglas partidárias cumpram a sua parte. Eu lamento que nós, como candidatos anteriormente, ou talvez futuros candidatos, precisemos policiar outros filiados. Isso não funciona! Eu estou falando na condição de homem, e nessa condição, se o meu partido ou qualquer outro não estabelecer os requisitos previstos em lei de 30%, talvez, eu ou um amigo meu perca a oportunidade de concorrer ao pleito, e é daí que advêm as candidaturas laranja, que precisam ser

duramente combatidas. E isso só poderá acabar se nós tivermos a estimulação da mulher à participação na vida política, sim, com certeza, mas eu chamo aos tribunais eleitorais a sua responsabilidade em punir de forma dura, severa, as siglas partidárias que procuram esses artifícios. Cabe a vocês, senhoras e senhores, agir pedagogicamente, e falo aqui como professor: nós precisamos, muitas vezes, sermos duros. Pode partir o nosso coração, pode talvez, para algumas pessoas, parecer injusto, mas é necessário agir com rigor, dureza. Nós tivemos há pouco tempo um vereador cassado nesta Casa Legislativa por vários crimes eleitorais que vocês mencionaram, vários crimes eleitorais, e o que aconteceu? Foram cassados apenas os votos dele, que era, durante a campanha eleitoral, o diretor, o presidente do diretório municipal do partido, e o principal direcionador de recursos. O partido deveria perder toda a sua votação, e isso sim serviria de exemplo para todas as siglas, não apenas para aquela, mas para todas as que possivelmente pensariam, no futuro, em incorrer a essa prática, a esse delito. Portanto, as punições devem ser duras, já que a lei, muitas vezes, é branda, porque a lei é feita por legisladores que podem colocar os seus interesses futuros acima dos interesses coletivos e suavizar penas, aliviar punições, em interesse próprio. Portanto, agradeço a presença de vocês, o trabalho dedicado, mas deixo o meu apelo em nome da minha bancada: ajam com severidade para que a lei e as punições tenham um caráter pedagógico na política brasileira. É o papel de vocês e um papel necessário. Muito obrigado e uma boa tarde.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (sem partido): Obrigado, Presidente Hamilton. Eu quero, inicialmente, parabenizar as escolas na pessoa da Ver.^a Lourdes e também da Sra. Débora, da desembargadora Vanderlei Teresinha, do Sr. Carlos Vinícios Cavalcante, do Sr. Rogério de Vargas, da desembargadora Patrícia da Silveira Oliveira e do Sr. José Osmar Pumes, procurador regional eleitoral. Primeiro, é muito simbólico, e a Ver.^a Biga fez essa referência. Queria eu ter feito, mas não tem problema ela ter feito, e que bom que vocês já se apresentam na Casa de forma paritária. A gente sabe, não sei se foi intencional, mas, muitas vezes, nós, homens, precisamos fazer de forma intencional, senão frequentemente, senão toda vez, a Mesa será composta majoritariamente por homens, quando não só por eles. Então, parabéns por esse simbolismo aqui, já que a política também tem um sentido simbólico na sua forma de existir.

Eu faço aqui o aparte – quero agradecer ao Presidente Hamilton –, primeiro, para dizer que o Parlamento tem seus limites, e a soberania popular também vem da democracia direta. Nós temos uma situação muito peculiar com a qual talvez o Tribunal Regional Eleitoral possa contribuir. Nós temos, na Lei Orgânica do nosso Município, a possibilidade de leis de iniciativa popular que podem ser colhidas assinaturas em formato digital. Logo no início, quando entrei aqui, no meu primeiro mandato, nós, inclusive, procuramos o Tribunal Regional Eleitoral para tentar entender como seria possível

validar, eventualmente, assinaturas de cidadãos e cidadãs num projeto de iniciativa popular. A informação que nós tivemos do Tribunal, naquela época, é que há uma informação que só o possuidor do título de eleitor a tem, que é a data de expedição do título de eleitor. A reunião encaminhou um pouco para essa linha, que, se fosse possível, a pessoa quando assinasse um projeto de iniciativa popular, via digital, fornecesse a data de expedição do título de eleitor, talvez o Tribunal Regional Eleitoral pudesse validar essas assinaturas. Esta seria uma verdadeira revolução na nossa cidade: termos, efetivamente, projetos de lei de iniciativa popular colhidos de forma digital. Claro que se pode recolher também fisicamente, mas é muito difícil, 5% do eleitorado, é muito difícil. Então deixo essa questão, foi uma iniciativa lá do nosso primeiro mandato, acho que é mais uma contribuição, mais um desafio que a justiça eleitoral recebe: as candidaturas coletivas, o desafio das federações partidárias para eliminar a quantidade enorme de partidos. Enfim, são muitos desafios. Espero que, no futuro, nós tenhamos legislação que não seja 30%, que sejam paritárias como já é em alguns países.

E quero dizer e lembrar aqui, como foi dito na tribuna, no momento em que alguns atores políticos levantaram dúvidas sobre a questão da justiça eleitoral, não foi o Tribunal Eleitoral, a justiça eleitoral que teve que defender o trabalho que faz já há muitos anos, a própria sociedade rejeitou completamente o fim da urna eletrônica, a volta do voto impresso. Então, isso mostra a legitimidade da justiça eleitoral e ninguém questiona, não há uma fala com legitimidade que questione o trabalho da justiça eleitoral na lisura do processo, que é tão importante. Muito obrigado e parabéns.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Para fazer as suas considerações finais, sei que o nosso tempo está bastante avançado, a Sra. Desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, presidente do TRE-RS, está com a palavra.

SRA. VANDERLEI TERESINHA TREMEIA KUBIAK: Muito obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier. Eu quero agradecer aqui esta oportunidade, em nome do Tribunal Regional Eleitoral; um agradecimento especial também à Ver.^a Maria de Lourdes dos Santos Sprenger, que oportunizou esse contato com a Escola Judiciária e nos possibilitou estarmos aqui para esse diálogo. Foi um diálogo bastante produtivo, com certeza, nós sairemos daqui com muitas ideias e muitas oportunidades de reflexão também de tudo que foi trazido aqui. E eu quero ressaltar o papel da justiça eleitoral e, em especial, no pleito que se avizinha, em 2024, que é uma eleição municipal. Como bem foi falado aqui, é no Município, é na cidade que as coisas acontecem. Então, nós estamos à disposição para o diálogo, para o consenso, para fazermos protocolos de intenção em prol do *fair play* eleitoral, da evitação da desinformação e da participação plural na política, aí incluem-se também outros segmentos da sociedade, não só a questão de gênero. Mas o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul reafirma aqui o seu compromisso com a democracia, com a transparência, com a segurança do pleito eleitoral. Contem conosco naquilo que nós pudermos auxiliar, que possamos ter muitos encontros especialmente

com os partidos políticos também para prepararmos as eleições. Estamos totalmente à disposição dos senhores e das senhoras. Então, muito obrigada por este espaço que nos foi concedido, e estamos à disposição de todos. Muito obrigada, Presidente Hamilton.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Nós que agradecemos e também agradecemos à Escola do Legislativo, na pessoa da presidente, Ver. Lourdes Sprenger; e do vice-presidente, Ver. Aldacir Oliboni. E agradecemos a presença de vocês estarem aqui conosco em trazerem as informações.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h54min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (17h02min) Estão reabertos os trabalhos. Eu gostaria de fazer a entrega, aqui no plenário, da medalha do 6º lugar no Torneio Aberto de Xadrez aqui da Câmara Municipal, ao colega Ver. Márcio Bins Ely, que se destacou na competição, como já é de costume. A entrega para os demais vencedores já foi realizada ontem, mas, como o vereador tinha outra agenda e não pôde comparecer, nós estaremos entregando agora no plenário. Aproveito para ressaltar a importância de atividades como os torneios de xadrez realizados aqui na Câmara. Muitos vereadores talvez não saibam, mas nós temos aqui esse torneio de xadrez tanto para realização entre os servidores quanto para aproximar a população à nossa Casa. Então, registro os meus parabéns aos organizadores, na pessoa do Jonatas Paveck, do Luiz Osorio Moro e de todos os participantes. Convido o Ver. João Bosco Vaz, colega de partido, a fazer a entrega da medalha ao Ver. Márcio Bins Ely.

(Procede-se à entrega da medalha.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estimado Presidente, obrigado pela atenção. Agradeço e peço escusas por não poder estar aqui no dia em que foram medalhados os demais participantes. Em especial, quero fazer um cumprimento aqui ao nosso querido Osório, que é o idealizador e que teve, em tantas outras oportunidades, a iniciativa de trazer campeonatos de xadrez para a Câmara, simultâneas de xadrez. E, no ano em que a Câmara completa 250 anos, achei oportuno e importante também poder participar – e que bom que consegui algumas vitórias no torneio! Um grande e fraterno abraço, e um agradecimento especial ao nosso eterno secretário de esportes, o Ver. João Bosco Vaz, da minha bancada, pelo carinho de me entregar a medalha. Um abraço, obrigado, boa tarde.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado. Inclusive a Câmara tem o time de futebol que disputa campeonatos.

Chamo os líderes e a nossa Diretoria Legislativa. (Pausa.)

Houve um acordo entre os líderes para entrarmos diretamente na Ordem do Dia.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, muito boa tarde. Lembrando aos demais pares e a todas as assessorias que, amanhã e sexta, nós temos os cursos sobre a LOA. Portanto, não há como agendar sessão para amanhã nem para sexta-feira. O acordado, na segunda-feira, foi que vamos hoje até às oito horas da noite. Se assim for deliberado diferentemente, então vai ficar tudo para segunda-feira, após as diversas homenagens que certamente já estão marcadas. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (17h14min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, ao PLL nº 335/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 335/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, ao PLL nº 314/22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLL nº 314/22 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, há também o requerimento da Ver.^a Comandante Nádia para ser votado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação requerimento da Ver.^a Comandante Nádia, que solicita o adiamento, por uma sessão, da discussão do PLL nº 140/22 e do PLL nº 562/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Presidente, na terça-feira nós tivemos a reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, quando o secretário Fernando Ritter, da saúde, esteve presente, e nós fizemos um encaminhamento, pela Comissão de Saúde, para que nós fizéssemos uma moção de solidariedade aos profissionais da enfermagem que atuam na assistência social e na saúde dos idosos. Inclusive foi uma sugestão do secretário, juntamente com o Executivo, para que fizéssemos essa moção de apoio, porque, pelo governo, a assistência social e os idosos ficaram de fora do repasse do piso da enfermagem. Então nós gostaríamos, enquanto comissão, a alteração da ordem de priorização de votação, para que o requerimento nº 204/23 seja a primeira matéria a ser apreciada na Ordem do Dia de hoje, porque tem acordo, com certeza, da base e da oposição.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito. Foi acordado hoje na reunião de líderes, de manhã, que essa é um uma moção da comissão, não é de vereador; é da comissão...

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, só para reforçar, eu também sou da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, e tem uma grande polêmica em relação ao piso nacional de salário dos servidores da saúde. Queira ou não, quem pertence ao SUAS e não ao SUS ficou fora do processo. Essa moção é para que eles sejam incluídos futuramente. Então, é uma questão muito óbvia, e nós queremos votar e aprovar por unanimidade.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 204/23 – (Proc. nº 1116/23 – Vers. Aldacir Oliboni e José Freitas e Ver^a Cláudia Araújo, Psicóloga Tanise Sabino, Mônica Leal, Lourdes Sprenger e Biga Pereira) – Requer seja encaminhada Moção de solidariedade “aos profissionais da enfermagem que atuam na assistência social e saúde aos idosos pelo município de Porto Alegre que ficaram alijados do novo piso salarial da enfermagem em face da Lei 14.434, de 04 de agosto de 2022”. **(SEI 009.00019/2023-52)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito. Em votação o [Requerimento nº 204/23](#). Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 203/23 – (Proc. nº 1115/23 – Mesa Diretora) – requer seja o período de Comunicações do dia 30 de outubro destinado a assinalar o transcurso do Dia do Comerciário. (SEI 014.00032/2023-04)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 203/23](#). Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0125/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 061/23, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que altera os incs. X e XI do *caput* do art. 10 da Lei nº 8.279, de 20 de janeiro de 1999 – que disciplina o uso do mobiliário urbano e veículos publicitários no Município –, e alterações posteriores, incluindo a possibilidade de fixação de painel mural e de tela em fachada na fachada frontal de edificações. (SEI 038.00023/2023-91)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela aprovação do Projeto.

Parecer Conjunto:

- da **CEFOP, CECE e COSMAM**. Relatora-Geral Ver^a Lourdes Sprenger: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, da Ver^a Mônica Leal (Líder da Bancada do PP);
- incluído na Ordem do Dia em 05-06-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 061/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Caros colegas, gostaria de manifestar aqui a minha opinião sobre esse projeto, esclarecer que esse projeto traz a possibilidade de uso de fachada cega frontal de edifícios para utilização de mídia. É importante que os senhores e as senhoras saibam que já temos a lei que permite em Porto Alegre a fachada lateral cega, que os condôminos possam alugar para propaganda, para que, desta maneira, eles consigam pagar suas contas no condomínio. Então, vou aqui

entrar na matéria, ou seja, somente fachadas frontais, sem janelas. Atualmente os prédios só podem explorar as fachadas laterais.

Portanto, esse meu projeto permite também a utilização das fachadas frontais cegas, sem janelas. Trata-se de um incremento à economia dos condomínios, que passam a contar com o valor do aluguel dos espaços, diminuindo as contas condominiais. Além disso, a regra fomenta a geração de empregos, sem que se descuide da paisagem urbana, eis que tudo deve passar pelo devido processo de licenciamento ambiental.

Importante destacar que nada disso pode ser colocado sem a autorização dos condôminos e, depois, com a autorização da Secretaria do Meio Ambiente, que hoje é a SMAMUS. Um exemplo que eu gostaria de destacar são os prédios pichados. Como fui secretária de estado da cultura, o que eu mais tinha dificuldade de administrar, de resolver, eram os prédios pichados, tanto que sou autora de várias leis que tratam dessa matéria, inclusive o Disque-Pichação é de minha autoria, já no governo Fogaça. Muitas vezes, os condomínios não têm condições financeiras de pintar um prédio que foi pichado, eles não têm dinheiro para fazer a limpeza. Este projeto, além de disponibilizar o uso da fachada frontal, permite, com isso, a limpeza desses prédios pichados, ou seja, incrementa a economia e cuida da paisagem urbana. Repito, pois é muito importante salientar, que esse uso das fachadas é opção dos condomínios e de seus condôminos. São eles que decidem o uso desse espaço privado, nos termos da lei, com a devida autorização da Secretaria do Meio Ambiente, ou seja, o uso da fachada cega frontal de edifícios, somente poderá ocorrer nos termos da lei e com a aprovação dos moradores e do condomínio. Igualmente saliento que a Emenda nº 01, da qual também sou proponente, foi um pedido da EPTC. Os senhores e as senhoras podem verificar que o governo, através da EPTC, participou desse projeto. Esta emenda é um pedido da EPTC, para que nas fachadas frontais houvesse metragem mínima de posicionamento, não inferior a 7 metros, bem como acrescenta a proibição de instalação em fachadas frontais nos prédios com proximidade a bocas e túneis de viadutos. Tudo isso para proteger a visão dos motoristas que trafegam por essas estruturas. Sendo assim, o projeto possui acordo com o Executivo. Portanto, peço apoio aos nobres pares, aos nobres colegas, para a aprovação. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 061/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, obrigado aos colegas pela calorosa deferência à minha presença entre Vossas Excelências. Realmente, eu tenho circulado pela cidade, assim como várias cidadãs e cidadãos, e me parece, Ver.^a Mônica, bastante escandalosa a forma como as propagandas aparecem agora nos prédios. Eu vou dizer que outras cidades têm isso, e isso polui a imagem urbana, nega o direito de as pessoas observarem a arquitetura, as coisas belas da cidade, pois ali tem aquela propaganda enorme, estrambólica de uma empresa que tem dinheiro para colocar o seu nome na rua, e a gente já tem os *outdoors* espalhados em vários cantos. E agora nós vamos transformar os prédios, os empreendimentos, o lar das

pessoas em uma propaganda? A pessoa, daqui a pouco, vai dizer assim: “Ah, eu moro naquele prédio lá da propaganda da empresa tal”. Não vai ser mais um endereço. “Eu moro lá onde tem a cara do ator tal”, está lá o rostinho bonito dele. Não dá. Eu acho que a cidade precisa rever isso, a cidade precisa refletir sobre isso. A cidadania tem que discutir. Eu acho que o Plano Diretor tem que falar também da poluição visual, porque não é possível que a gente tenha uma cidade que não é mais para as pessoas, mas para as marcas. Acho que as marcas são importantes, as pessoas podem escolher as marcas, ter produtos, evidentemente as pessoas consomem, isso é normal na nossa cidade. Agora nós não podemos colocar o direito do cidadão, da preservação do seu patrimônio, da sua imagem, de propriedade, inclusive, abaixo. Eles têm que estar acima, os cidadãos, os munícipes, e não as megaempresas endinheiradas. Inclusive é problemático, porque vocês acham que um mercado de bairro pequeno vai ter dinheiro para colocar propaganda em todos os cantos? Não! Vai ser aquele famoso supermercado, já hegemônico, que tem engolido muitos comércio locais. Vocês acham que a farmácia pequena, do bairro, vai ter dinheiro para se colocar lá? Não! Vai ser aquele famoso conglomerado que está na bolsa de valores, inclusive. Vocês acham que os pequenos terão direito a isso? Com certeza não. Eu acho que a gente vai cada vez mais ajudando a concentração, porque, infelizmente, quem tem consegue fazer mais *marketing*; e quem não tem, fica com dificuldade, os pequenos cada vez com mais dificuldades. Eu acho que a cidade tem que olhar para os seus empreendedores, inclusive locais, e eu acho que esse debate precisa ser feito com bastante maturidade na discussão do Plano Diretor. Então acho que todos nós temos o dever de legislar, mas eu acho que esta Casa tem o direito de, na discussão do Plano Diretor, fazer um trabalho maduro, com bastante fôlego, para os próximos 10 anos a gente ter uma outra cidade, que eu não acho que deve ser uma cidade com poluição visual, que cada vez mais está presente. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 061/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 061/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Adeli Sell, Jonas Reis, Conselheiro Marcelo, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Aldacir Oliboni.

Vereador Ramiro Rosário (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLCL nº 010/23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLCL nº 010/23, passar à discussão e votação do PLL nº 314/22; e que o PLL nº 025/22 fique, na ordem de priorização no lugar do PLL nº 314/22.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0627/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 010/23, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que inclui art. 20-A na Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987 – que revoga a Lei Complementar nº 32, de 07 de janeiro de 1977, estabelece normas para instalações hidrossanitárias e serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestados pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos, e dá outras providências –, e alterações posteriores, proibindo a cobrança do usuário por substituição de hidrômetro em caso de furto. **(SEI 197.00110/2023-71)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relatora Ver.^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 04-09-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLCL nº 010/23](#). (Pausa.) O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Presidente. Apenas para reforçar aos colegas, já conversamos com a maioria dos presentes no plenário, também com alguns que estão *online*, esse é um projeto de lei muito singular para que nós possamos alterar uma situação que ocorre com os relógios de água em Porto Alegre, aqueles que são os medidores do que está sendo consumido dentro dos imóveis. A realidade hoje é que o DMAE faz a instalação do relógio de água, o DMAE define o

local onde o relógio de água será instalado, o DMAE define o equipamento que será instalado, e não pode o proprietário do imóvel promover ali qualquer tipo de alteração naquele equipamento, justamente por se tratar de um equipamento de responsabilidade exclusiva de manutenção, de instalação do DMAE. Porém, quando ocorre furto desse equipamento, muitos desses equipamentos, especialmente os mais antigos, têm cobre, têm metal, e acontece, dentro dessa epidemia que nós vivenciamos na cidade, de ter o furto desse tipo de equipamento. Aí, o DMAE aciona o proprietário para que ele pague pela substituição do equipamento, mas o proprietário sequer pode fazer qualquer tipo de alteração ali para promover, por exemplo, uma segurança maior do equipamento ou até mesmo dificultar o acesso, por exigência do próprio DMAE. Esse tipo de substituição pode custar de R\$ 500,00 até R\$ 2.000,00, e o proprietário do imóvel não pode ir a uma loja, a uma ferragem comprar esse material; ele tem que comprar exclusivamente do próprio DMAE. Sendo assim, ele é penalizado duas vezes. A nossa sugestão é que agora entre, dentro da nossa legislação, que a responsabilidade passe a ser do DMAE para substituição do equipamento, quando, obviamente, for comprovado o furto através de boletim de ocorrência. Hoje acontece, mas quem arca com o prejuízo é o próprio proprietário do imóvel. Peço o voto favorável dos colegas. Conversei com diversos líderes da oposição, também do governo para que nós possamos dar esse benefício aos cidadãos de Porto Alegre que tiverem os seus equipamentos, seus relógios de água furtados. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o PLCL nº 010/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com voto contrário do Ver. Jessé Sangalli.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0628/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 314/22, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que institui o Programa Municipal de Divulgação, Prevenção e Tratamento da Endometriose. **(SEI 161.00075/2022-34)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relatora Ver^a Mari Pimentel: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Barth: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Jonas Reis: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;

- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Psicóloga Tanise Sabino: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. Idenir Cecchim;
- incluído na Ordem do Dia em 09-10-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 314/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. A Ver. ^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação, como autora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente Moisés, colegas vereadoras e vereadores, esse projeto propõe a instituição do Programa Municipal de Divulgação, Prevenção e Tratamento da Endometriose. É uma medida que visa atender uma necessidade urgente e significativa da nossa comunidade. A endometriose é uma doença que atinge milhões de mulheres em nosso País, impactando suas vidas de maneira profunda, e muitas vezes devastadora. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, cerca de 10% da população feminina brasileira enfrenta essa condição, principalmente nas idades entre 25 e 35 anos. Por definição médica, a endometriose ocorre quando o tecido do endométrio, que normalmente reveste o interior do útero, cresce fora da cavidade uterina, afetando órgãos na pelve como as trompas, os ovários, os intestinos e a bexiga. Nos estágios iniciais, a endometriose muitas vezes é confundida com cólicas, o que atrasa o diagnóstico e o início do tratamento. Portanto é imperativo que medidas sejam tomadas para educar nossa população sobre essa condição e garantir que o tratamento seja iniciado de forma imediata. Por isso que eu estou propondo a criação deste Programa Municipal de Divulgação, Prevenção e Tratamento da Endometriose. O programa também proverá campanhas informativas, disponibilizará materiais explicativos e vídeos educativos, além de oferecer cursos de atualização para profissionais da saúde, garantindo que nossos profissionais estejam preparados para lidar com a endometriose. Temos a obrigação de fornecer assistência e cuidados adequados a todas as nossas cidadãs, especialmente quando enfrentamos uma condição tão debilitante como a endometriose. Portanto, solicito aos meus colegas desta Casa que apoiem esse projeto, nós possamos votar favoravelmente para que as nossas mulheres não sofram com este mal chamado endometriose. Obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Nós que agradecemos, Ver.^a Cláudia Araújo. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 314/22.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu subo à tribuna para manifestar apoio à iniciativa legislativa da Ver.^a Cláudia Araújo, através da instituição do Programa Municipal de Divulgação, Prevenção e

Tratamento da Endometriose. Também gostaria de me manifestar, neste momento em que estamos encaminhando o projeto, para dialogar com os vereadores e vereadoras de todas as bancadas sobre a minha posição em relação às emendas propostas. A Emenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, suprime o art. 4º, que estabelece 60 dias para o início de tratamento a partir de um laudo que ateste o diagnóstico. Senhoras e senhores, a endometriose é uma doença progressiva. Quanto antes se começar o tratamento, mais rapidamente e melhor o quadro, justamente para a contenção do avanço dessa enfermidade que pode comprometer a saúde reprodutiva das mulheres. Em alguns casos, a endometriose em estado avançado impossibilita que uma mulher possa vir a ter filhos. Portanto, pensando na celeridade do início do tratamento, eu peço que os vereadores e vereadoras votem pela rejeição da Emenda nº 01, do Ver. Idenir Cecchim. Em relação à Emenda nº 02, proposta pelo Ver. Jessé Sangalli, também faço o encaminhamento e o pedido pela rejeição, já que ela suprime o inc. III do art. 2º do projeto de lei, no qual é prevista a realização de exames laboratoriais e de imagem para o diagnóstico de endometriose. Senhoras e senhores, para que nós possamos identificar o problema e atuar, é necessário diagnóstico. Portanto, precisamos aumentar a rede de saúde, a disponibilização de exames para as mulheres, justamente para fazer o enfrentamento a essa doença que pode cercear o sonho de muitas mulheres jovens em idade reprodutiva, que é o sonho da maternidade. Portanto, peço o apoio ao projeto da Ver.ª Cláudia Araújo e a rejeição das Emendas de nº 01 e nº 02. Agradeço a atenção de todos e boa tarde de trabalhos.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 314/22.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Com licença, Presidente, provando que a direita é democrática, nós vamos acolher a demanda do vereador, inclusive a pedido da Ver.ª Cláudia, e eu peço que os colegas votem contra a Emenda nº 02, de minha autoria.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.ª Biga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 314/22.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente, caros colegas vereadoras, vereadores, eu comentava com o Ver. Giovane e com as assessorias de quão feliz eu fico na medida que tenho dito que o meu mandato é o mandato das mulheres, e que uma cidade que é boa para as mulheres é boa para todas as pessoas, Ver.ª Mônica. Eu fiquei feliz que ontem nós fizemos uma reunião da COSMAM sobre saúde da mulher, com destaque para a menopausa e que hoje é o Dia Mundial da Menopausa, e a Ver.ª Mônica, propôs essa reunião da COSMAM com esta pauta, fizemos uma bela reunião, tiramos, inclusive, deliberado lá na COSMAM a realização de um seminário. Hoje a gente está aqui para votar esse projeto da Ver.ª Cláudia que nos traz a questão de novo da saúde

da mulher, dando conta de um projeto sobre a endometriose que acomete tantas meninas, tantas mulheres – é considerada uma doença que traz sofrimento para as mulheres. É bonito de ver, portanto, que esta Casa se dispõe a olhar para a saúde da mulher em todas as fases das suas vidas. E eu dizia: nós, mulheres, ao longo da nossa existência de menina ou da menopausa, temos faces e fases; faces com “c” e fases com “s”; tudo tem que ser respeitado. O PAISM – Programa de Assistência à Saúde da Mulher – prevê que doenças como a endometriose ou distúrbios que a menopausa causa às mulheres precisam ser tratadas pelo Município. Portanto, Ver.^a Cláudia, a nossa bancada, o PCdoB, apoia esse seu projeto, ainda mais agora com a retirada da Emenda nº 02 que descaracterizava o seu projeto. Agora, sim, nós temos condição, e eu tenho certeza que esta Casa aprovará esse projeto de forma unânime. Nós, mulheres, agradecemos, muito obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Prof. Alex Fraga, a Emenda nº 01, ao PLL nº 314/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 24 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 314/22. (Pausa.) Os Vereadores que a rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADA**.

Em votação o PLL nº 314/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador João Bosco Vaz (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só um instante, vereador. A Ver.^a Mônica Leal apresentou um requerimento solicitando a solicitando a retirada do Requerimento nº 188/23 da ordem de priorização de votação.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Antes de fazer a verificação de quórum, vamos colocar em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal.

Vereadora Mônica Leal (PP): Quero só explicar o motivo, Presidente. É que perdeu o objeto, então nada mais correto do que retirar da priorização de votação.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Explicando a quem nos acompanha pelas nossas redes, a proposição se tratava de matéria da minirreforma, em Brasília, que foi retirada de votação. Então, por perder o objeto, a Ver.^a Mônica está solicitando a retirada da priorização.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Há uma solicitação do autor do pedido de verificação de quórum, o Ver. João Bosco Vaz, para que corra a Pauta. (Pausa.)

Há um acordo dos Líderes para encerramento da Ordem do Dia.
(17h55min) Encerrada a Ordem do Dia.
Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0296/23 – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/23, de autoria dos Vers. Roberto Robaina, Pedro Ruas, Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Prof. Alex Fraga, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo e das Ver^{as} Karen Santos e Biga Pereira, que susta o Decreto nº 21.941, de 11 de abril de 2023, que dispõe sobre o acesso às escolas por cidadãos que não integram a comunidade escolar às dependências das escolas da rede pública municipal de ensino com a finalidade de ministrar aulas e/ou proferir palestras. **(SEI 050.00032/2023-60)**

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h56min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *